



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Apesar do desempenho satisfatório da economia e do mercado nos primeiros oito meses do ano, o final de 2008 deverá ficar marcado como um período de grandes dificuldades. O abalo global deflagrado pela crise dos créditos *subprime* nos Estados Unidos atingiu todas as nações e seus reflexos terão de ser enfrentados ao longo de 2009.

Na verdade, em agosto – imediatamente antes, portanto, da eclosão da crise – a Pesquisa Abrasca sobre Tendência Macroeconômicas com as companhias abertas já mostrava que as expectativas quanto ao último quadrimestre de 2008 não eram mais tão otimistas quanto as detectadas no início do ano: somente 41% acreditavam em alta dos investimentos e 51% anteviam manutenção dos níveis registrados na época, enquanto que no levantamento anterior o percentual dos que esperavam elevação nos investimentos era de 72%.

Do ponto de vista do aprimoramento das bases do mercado de capitais brasileiro, porém, o saldo do ano de 2008 foi amplamente positivo, com importantes avanços em várias áreas.

Um dos pontos de maior destaque foi o êxito na defesa do princípio da neutralidade tributária dentro do processo de adaptação das estruturas contábeis das companhias aos padrões internacionais do International Financial Reporting Standards (IFRS). De fato, por oito anos a Abrasca empenhou-se para que a convergência não implicasse em recolhimento adicional de tributos. Com a promulgação, no final de 2007, da Lei 11.638/07, porém, surgiram interpretações segundo as quais haveria em vários casos a necessidade de pagamento de impostos em decorrência da adoção dos padrões internacionais.

A Abrasca, portanto, saiu mais uma vez em defesa da neutralidade e teve o princípio que propôs acatado na Medida Provisória (MP) 449, de dezembro do ano passado, que criou o Regime Transitório de Tributação (RTT), viabilizando assim a sua implementação nas práticas da Receita Federal.

Com isso, ficou assegurado que a conversão dos padrões contábeis aos padrões internacionais respeitará integralmente a neutralidade tributária, ou seja, não haverá aumento de tributos para as empresas em consequência da mudança, indispensável em um mundo globalizado.

Outra frente de atuação da Abrasca diz respeito à revisão das normas do Novo Mercado e dos níveis 1 e 2 de governança corporativa, iniciada pela BM&FBovespa em novembro de 2008.

Para isso, a Bovespa criou uma Câmara Consultiva, na qual a Abrasca, por intermédio do seu presidente, integra o grupo, que liderará os trabalhos de revisão. O objetivo da BM&FBovespa, que também tem se empenhado para que as próprias companhias abertas participem das discussões, é o de harmonizar as regras atuais a um cenário que mudou consideravelmente desde que elas passaram pela última alteração, em 2006 – esta será a quarta revisão.

A Abrasca também, ao final de 2008, deu prosseguimento aos seus esforços em prol da autorregulação do mercado. A entidade constituiu um grupo de trabalho para tratar de um amplo projeto de autorregulação, que está sob a coordenação de Luiz Spínola. A idéia é a de ampliar o escopo da orientação que a Abrasca vem adotando no sentido da disseminação de procedimentos que assegurem maior transparência e melhores práticas de mercado, com relação a seus acionistas, investidores, profissionais de mercado e autoridades em geral.

Em linha com a sua missão de atuar para o aprimoramento e crescimento do mercado de capitais brasileiro, a Abrasca promoveu, em 2008, seminários e debates sobre questões de fundamental importância para o universo empresarial brasileiro.

Em junho, a Abrasca promoveu, juntamente com o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri), o já tradicional Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, que em 2008 chegou à décima edição. O evento foi considerado um dos melhores já realizados. Foram cerca de 800 participantes que em dois dias discutiram, em painéis, governança,

transparência, IFRS, importância do profissional de RI e sua evolução para um papel estratégico nas empresas, importância do investidor individual, perfil da indústria de investimentos e o impacto do grau de investimento no mercado de capitais, entre outros.

Nestas discussões, tiveram destaques três pontos assinalados pela Abrasca como essenciais para o desenvolvimento do mercado: informação equitativa, preço de mercado e expectativas realistas. Se criteriosamente observados, estes três grandes balizadores geram para as empresas um capital de confiabilidade que, se não pode blindá-las em uma crise como a que se abateu sobre os mercados e a economia real de todo o mundo, dá-lhes reservas para atravessar tempos difíceis e um terreno seguro para uma volta mais rápida a um cenário melhor.

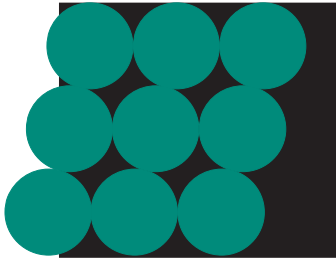
Em outubro, a Abrasca realizou o seminário “Responsabilidade da Diretoria pela informação: Lei das S.A.”, que foi o primeiro seminário sob o convênio firmado com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O encontro atendeu ainda à conclamação da presidente da autarquia, Maria Helena Santana, para que as entidades do mercado buscassem, junto aos seus públicos específicos, avançar no processo de conscientização dos administradores das empresas sobre a importância de uma abertura de capital bem conduzida e de melhores práticas de governança corporativa – temas que sempre foram objeto de iniciativas da Abrasca, dado o papel fundamental que têm no aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro.

Assim, o evento abrangeu um detalhado programa para a discussão, em profundidade, das questões ligadas a estes temas, conduzida por especialistas renomados. Vale destacar as importantes discussões, neste fórum, de temas relacionados à divulgação de fatos relevantes, assunto este que foi objeto do Manual Abrasca de Divulgação de Informações Relevantes levado a público em julho de 2007. Foram reunidos alguns dos maiores especialistas do País nos assuntos tratados e de responsáveis pela direção de empresas de diferentes portes.

Dando sequência ao programa de seminários sob o convênio com a CVM, estão já definidos três temas: debêntures, com vistas ao fortalecimento do mercado secundário desses títulos; a nova Instrução 202, amplamente esperada pelo mercado e pelas empresas para agilizar os processos de emissões; e o Código de Autorregulação da Abrasca, em processo de elaboração.

Assim, esperamos que o ano de 2009, em que pesem as restrições da economia devido à crise internacional, seja um excelente período para o continuado aprimoramento do mercado de capitais.





REPRESENTATIVIDADE

Em 31/12/2008, a Abrasca conta 188 associados, com valor de mercado de US\$ 493 bilhões, representando 84% do total do valor de mercado das 392 empresas listadas na Bovespa.

A Associação se faz representar nas seguintes instituições do mercado de capitais:

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)

Alfried Karl Plöger e Geraldo Toffanello

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (CRSFN)

Darwin Correa

CONSELHO DE AUTO-REGULAÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS (ANBID)

Elizabeth Piovezan Benamor e Luiz Serafim Spínola Santos

COMISSÃO CONSULTIVA DE NORMAS CONTÁBEIS (CVM)

Arthur Alexandre dos Santos Filho e Antonio Luiz Sarno

COMITÊ CONSULTIVO DE EDUCAÇÃO (CVM)

Paulo Maurício Tinoco de Campos e Ana Paula Marques dos Reis

INSTITUTO BRASILEIRO DE MERCADO DE CAPITAIS (IBMEC)

Antonio D.C. Castro e Eduardo Lucano da Ponte

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRIVATE EQUITY & VENTURE CAPITAL (ABVCAP)

Thomás Tosta de Sá

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (IBRI)

Wilson K. Amarante

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO MERCADO DE CAPITAIS (CODIM)

Edina Biava e Elizabeth Piovezan Benamor

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIDORES (INI)

Luiz Serafim Spínola Santos

PLANO DIRETOR DO MERCADO DE CAPITAIS

Maurício Perez Botelho

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)

Arthur Alexandre dos Santos, Eduardo Nogueira de Carvalho e Wagner Brilhante de Albuquerque

O Relatório Anual da Abrasca se integra ao Anuário Estatístico das Companhias Abertas para demonstrar a sua representatividade no conjunto da economia brasileira, com relação, principalmente, à participação para a formação do PIB, impostos pagos, empregos e investimentos.

CONSELHO DIRETOR E DIRETORIA DA ABRASCA 2007/2009

CONSELHO DIRETOR

ALDO VINCENZO BERTOLUCCI
Pirelli S.A.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Banco Itaú S.A.

ALFRIED KARL PLÖGER
Cia Melhoramentos de São Paulo

ALMIR GUILHERME BARBASSA
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras

ÁLVARO BRITO BEZERRA DE MELLO
Hotéis Othon S.A.

ANTONIO DUARTE CARVALHO DE CASTRO
Souza Cruz S.A.

ANTONIO LUIZ PIZZARRO MANSO
Embraer S.A.

AYRTON FURIANI GIRÃO
Conselheiro Honorário

BERNARDO SZPIGEL
Suzano Papel e Celulose S.A.

BRITALDO PEDROSA SOARES
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA FILHO
Braskem S.A.

CARMEM CAMPOS PEREIRA
Rede Empresas de Energia Elétrica S.A.

DENISE PAULI PAVARINA DE MOURA
Banco Bradesco S.A.

EDINA APARECIDA GOMES BIAVA
Perdigão S.A.

ELIZABETH PIOVEZAN BENAMOR
Souza Cruz S.A.

EMÍLIO SALGADO FILHO
Refinaria de Petróleo Manguinhos S.A.

FÁBIO MASCARENHAS ALVES
Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER
Gerdau S.A.

GABRIEL STOLIAR
Vale S.A.

GERALDO TOFFANELLO
Gerdau S.A.

GERALDO TRAVAGLIA FILHO
Unibanco União de Bancos Brasileiros S.A.

GILBERTO MIFANO
Bovespa Holding S.A.

GILBERTO TAMM BARCELLOS CORREA
Conselheiro Honorário

HELICIO FAJARDO HENRIQUES
Bovespa Holding S.A.

HELMUT BOSSERT
Natura Cosméticos S.A.

JEFFREY COPELAND BRANTLY
Monteiro Aranha S.A.

JOAO BATISTA DA CUNHA BOMFIM
Cia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas

JOÃO MAURICIO GIFFONI CASTRO NEVES
Cia de Bebidas das Américas – Ambev

JOSÉ ALFREDO DE FREITAS
Suzano Petroquímica S.A.

JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA FILLIPPO
CPFL Energia S.A.

JOSÉ ANTONIO GOULART DE CARVALHO
Eucatex S.A. Indústria e Comércio

JOSÉ FERNANDO MONTEIRO ALVES
Conselheiro Honorário

JOSÉ MARCOS TREIGER
Conclusão de Mandato

JOSÉ ROBERTO MENDES DA SILVA
Bardella S.A. Indústria Mecânica

JOSUÉ CHRISTIANO GOMES DA SILVA
Cia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas

LÉLIO LAURETTI
Conselheiro Honorário

LEONARDO STERNBERG STARZYNSKI
Cia Melhoramentos de São Paulo

LEOPOLDO VIRIATO SABOYA
Perdigão S.A.

LIBANO MIRANDA BARROSO
TAM S.A.

LUCIANO MÁRIO CLAUDINO
Pirelli S.A.

LUIS FERNANDO COSTA ESTIMA
Forjas Taurus S.A.

LUIZ CESAR PIZZOTTI
Suzano Papel e Celulose S.A.

LUIZ FERNANDO A. HALEMBECK
Lacaz Martins, Halembeck, Pereira Neto, Gurevich e Schoueri Adv

LUIZ FERNANDO SARCINELLI GARCIA
Conselheiro Honorário

LUIZ LEONARDO CANTIDIANO
Motta, Fernandez Rocha Advogados

LUIZ RODOLFO LANDIM
MMX Mineração & Metálicos S.A.

LUIZ SERAFIM SPÍNOLA SANTOS
Melpaper S.A.

MARCOS ANTÔNIO DE BARROS
Dixie Toga S.A.

MARCOS ANTONIO SILVA MENEZES
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras

MAURÍCIO PEREZ BOTELHO
Energisa S.A.

MAURO MOLCHANSKY
Conselheiro Honorário

MILTON ALMICAR SILVA VARGAS
Banco Bradesco S.A.

MORVAN FIGUEIREDO PAULA E SILVA
Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.

OSVALDO BURGOS SCHIRMER
Metalúrgica Gerdau S.A.

OTÁVIO MALUF
Eucatex S.A. Indústria e Comércio

PAULO CEZAR ARAGÃO
Barbosa, Müssnich e Aragão Advogados

PAULO PENIDO PINTO MARQUES
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – USIMINAS

PAULO SÉRGIO COUTINHO GALVÃO FILHO
Klabim S.A.

PAULO SETUBAL NETO
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.

PLÍNIO DO AMARAL PINHEIRO
Duratex S.A.

RAUL PENTEADO DE OLIVEIRA NETO
Duratex S.A.

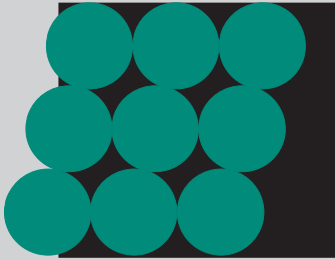
RENÉ DE MEDEIROS MARTINS
Globo Comunicações e Participações S.A.

RENEU ALBERTO RIES
Forjas Taurus S.A.

RICARDO FRÓES ALVES FERREIRA
Cia de Concessões Rodoviárias – CCR

RICARDO LACAZ MARTINS
Lacaz Martins, Halembeck, Pereira Neto, Gurevich e Schoueri Adv

RICHARD FREEMAN LARK JUNIOR
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.



ROBERTO CASTELLO BRANCO
Vale S.A.

ROBERTO FALDINI
Conselheiro Honorário

ROBERTO OLIVEIRA DE LIMA
Telemig Celular Participações S.A.

ROBERTO TERZIANI
Oi S.A.

SÉRGIO SESIKI
Melpaper S.A.

STEFAN ALEXANDER
Globo Comunicações e Participações S.A.

TARCÍSIO BEUREN
Metalúrgica Gerdau S.A.

THOMAS RICARDO AUERBACH
Dixiê Toga S.A.

THOMÁS TOSTA DE SÁ
Mangels Industrial S.A.

VICTÓRIO CARLOS DE MARCHI
Cia de Bebidas das Américas – Ambev

VICTÓRIO FERNANDO BHERING CABRAL
Conselheiro Honorário

WELSON TEIXEIRA JUNIOR
Sadia S.A.

WILSON K. AMARANTE
Rede Empresas de Energia Elétrica S.A.

DIRETORIA

PRESIDENTE

ANTONIO DUARTE CARVALHO DE CASTRO
Souza Cruz S.A.

1º VICE-PRESIDENTE

FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER
Gerdau S.A.

VICE-PRESIDENTES

ALFRIED KARL PLÖGER
Cia. Melhoramentos de São Paulo

PAULO SETUBAL NETO
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

DIRETORES

LUIS FERNANDO COSTA ESTIMA
Forjas Taurus S.A.

MAURÍCIO PEREZ BOTELHO
Energisa S.A.

MILTON ALMICAR SILVA VARGAS
Banco Bradesco S.A.

MORVAN FIGUEIREDO PAULA E SILVA
Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.

OSVALDO BURGOS SCHIRMER
Metalúrgica Gerdau S.A.

PAULO CEZAR ARAGÃO
Barbosa, Müssnich e Aragão Advogados

PAULO SÉRGIO COUTINHO GALVÃO FILHO
Klabin S.A.

PLÍNIO DO AMARAL PINHEIRO
Duratex S.A.

ROBERTO TERZIANI
Oi S.A.

THOMÁS TOSTA DE SÁ
Mangels Industrial S.A.

SUPERINTENDENTE GERAL

EDUARDO LUCANO DOS REIS DA PONTE

COMISSÕES TÉCNICAS

COMEC – COMISSÃO DE MERCADO DE CAPITAIS

TARCÍSIO BEUREN
Presidente

ELIZABETH PIOVEZAN BENAMOR
Vice-Presidente

COJUR – COMISSÃO JURÍDICA

HENRY SZTUTMANN
Presidente

LUCIANO DEQUECH
Vice-Presidente

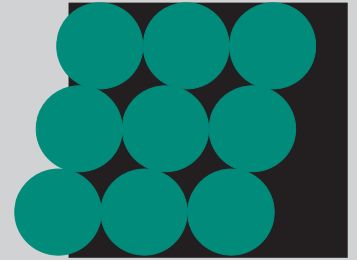
CANC – COMISSÃO DE AUDITORIA E NORMAS CONTÁBEIS

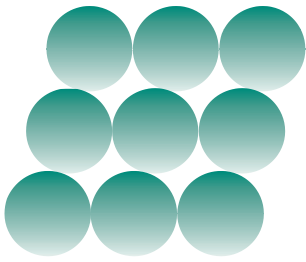
ARTHUR ALEXANDRE DOS SANTOS FILHO
Presidente

ANTONIO LUIZ SARNO
Vice-Presidente

ADESÕES DE ASSOCIADAS

- Amil Participações S.A.
- Banco Bonsucesso S.A.
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- Banco Panamericano S.A.
- BM&FBovespa S.A.
- Brasil & Movimentos S.A.
- Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.
- Cia Providência Indústria e Comércio S.A.
- Company S.A.
- Even Construtora Incorporadora S.A.
- EZTEC Empreendimentos e Participações S.A.
- Globex Utilidades S.A.
- Iguatemi Empresa de Shopping Centers
- KPMG Auditores Independentes
- Leoni Siqueira Advogados
- Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A.
- Medial Saúde S.A.
- MPX Energia S.A.
- Neumann, Salusse, Marangoni Advogados
- OGX Petróleo e Gás
- Pactum Consultoria
- Paraná Banco S.A.
- Sul América S.A.
- Tauil & Chequer Advogados





ÊXITO NA DEFESA DA NEUTRALIDADE TRIBUTÁRIA – IMPLANTAÇÃO DO IFRS

Foi editada em 3 de dezembro de 2008 a Medida Provisória nº 449, que “instituiu regime tributário de transição”, entre outras providências, devido a controvérsias na interpretação da Lei 11.638/07.

Importante lembrar que a matéria nela contida percorreu um longo caminho de debates e estudos, até atingir a forma atual.

A Lei 11.638/07 teve origem em um projeto elaborado pela Comissão de Valores Mobiliários, com forte apoio das entidades representativas do mercado, para permitir a convergência das práticas contábeis brasileiras para o padrão internacional (IFRS).

Durante sua tramitação no Congresso, foi debatido e consistentemente aperfeiçoado mediante intensa participação da Abrasca.

Concluída a tramitação no Congresso, foi promulgada a Lei 11.638/07, que introduziu diversos aperfeiçoamentos na parte contábil da Lei das S.A. e garantiu os instrumentos para a implantação dos padrões do IFRS, medida indispensável nesses tempos de globalização dos mercados.

A alteração da Lei 6.404/76 pela Lei 11.638/07 representou uma total mudança de enfoque no que se refere a procedimentos tradicionalmente contidos na Lei societária a respeito da forma da escrituração contábil das companhias.

O parágrafo 7º do artigo 177, da Lei 6.404/76, adicionado pela Lei 11.638/07 por proposição da Abrasca, estabelecia que os lançamentos de ajustes efetuados exclusivamente para harmonização das normas contábeis e as demonstrações e apurações com eles elaboradas não poderiam ser base de incidência de impostos e contribuições nem ter quaisquer outros efeitos tributários.

A MP 449, no seu capítulo III, complementa as importantes alterações da Lei 11.638, garantindo que a conversão dos padrões contábeis para os padrões internacionais será feita com total respeito à neutralidade tributária, ou seja, não haverá aumento de tributos para as empresas por conta dessa transposição de normas.

Durante todo esse longo período de oito anos em que se desenrolou o assunto, a Abrasca participou ativamente com a produção de estudos, debates e sugestões objetivas para aprimorar o documento.

Pode-se dizer, sem risco de erro, que a inserção, na fase do Legislativo, do parágrafo 7º do artigo 177, foi resultante da capacidade de argumentação e da persistência da Comissão Jurídica da Abrasca, sendo lícito concluir que a implantação do IFRS com neutralidade tributária foi inserida naquela ocasião e assim permaneceu, também em decorrência do trabalho da Cojur em relação à MP 449.

A implantação dos novos padrões contábeis contou com a participação da Canc – Comissão de Auditoria e Normas Contábeis – da Abrasca no processo de transposição das normas internacionais para a contabilidade brasileira. Em 5 de novembro de 2008, o CPC encaminhou correspondência à Abrasca enaltecendo o desempenho da Canc e afirmando que ela foi um dos organismos que contribuíram com mais afinco no oferecimento de comentários aos pronunciamentos do CPC.

Efetivamente, em 2008, a Canc ofereceu comentários e sugestões a todos os Pronunciamentos Técnicos que foram colocados em audiência pública conjunta pelo CPC e pela CVM. Para tanto, foram realizadas diversas reuniões e produzidos extensos relatórios com as sugestões e opiniões para o aprimoramento das matérias.

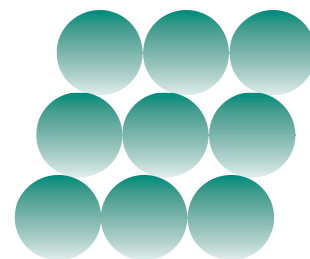
Foram objeto desses estudos os seguintes Pronunciamentos Técnicos do CPC:

CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos

CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis

CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa

- CPC 04 – Ativos Intangíveis
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas
- CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil
- CPC 07 – Subvenções e Assistências Governamentais
- CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários
- CPC 09 – Demonstração de Valor Adicionado
- CPC 10 – Pagamentos baseados em Ações (Stock Options)
- CPC 11 – Contratos de Seguros
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente
- CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/07
- CPC 14 – Instrumentos Financeiros (Fase I)
- OCPC 01 – Concessões Governamentais e Entidades de Incorporação Imobiliária (orientação).



RODÍZIO DE FIRMAS DE AUDITORIA

A Abrasca fez convênio com a Fundação Getúlio Vargas para a elaboração de um estudo, que foi dirigido pelo professor Ricardo Lopes Cardoso, coordenador do Núcleo de Estudos Contábeis, para realizar a análise qualitativa dos impactos do rodízio de firmas de auditoria detectados pela PUC em estudo anterior contratado pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários – para analisar os efeitos dos rodízios nas empresas.

As conclusões do estudo da FGV, utilizando a mesma base de dados, forneceram indicações da probabilidade maior ou menor de haver, ou não, uma relação de causalidade entre o comportamento das variáveis observadas pelos pesquisadores da PUC e a efetivação do rodízio. Dessa forma, foi constatado que os casos que indicavam benefícios da adoção do rodízio, tais como redução de ativos e maior incidência de ressalvas, foram preponderantemente resultado de outros fatores e não do rodízio.

A Abrasca contou com o apoio financeiro das seguintes companhias associadas para realização do estudo: Gerdau, Gol, Itaú, Unibanco, Souza Cruz e Vale.

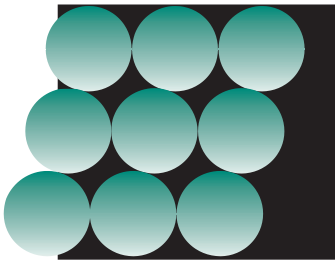
Em 10 de setembro de 2008, a CVM editou a deliberação nº 549 atendendo a pleito da Abrasca, com o objetivo de permitir, exclusivamente às companhias abertas, que mantenham seus atuais auditores independentes até 2011. Com a medida, a CVM visou diminuir os impactos decorrentes do processo de adaptação às novas normas contábeis para adoção do padrão IFRS.

LUCIANO COUTINHO PRESIDE SOLENIDADE DE LANÇAMENTO DO ANUÁRIO ESTATÍSTICO DAS COMPANHIAS ABERTAS, EDIÇÃO 2008

No dia 28 de julho de 2008, foi realizada no Espaço Rosa Rosarum, em São Paulo, a solenidade de lançamento do **Anuário Estatístico das Companhias Abertas**, edição 2008, que contou com a presença do presidente do BNDES, professor Luciano Coutinho.

Ao evento compareceram cerca de 200 presidentes e dirigentes das entidades do mercado e das companhias abertas associadas, entre outros.

O Anuário, lançado pela primeira vez em 1995, foi criado para servir efetivamente de guia de consulta e de registro da trajetória das companhias abertas brasileiras.



Para tanto, foram analisadas as informações dos balanços de 402 companhias abertas, que tiveram uma receita líquida de R\$ 790,6 bilhões e um lucro líquido de R\$ 144,3 bilhões. Arrecadaram em 2007 quase R\$ 70 bilhões em impostos, o que significou um crescimento de 14% em relação ao volume do ano anterior, e contribuíram ainda com 13,5% para o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do ano passado. E mais, os empregos diretos e indiretos gerados por essas empresas em 2007 cresceram 8,69% e 22,11%, respectivamente.

Essas são algumas das informações do Anuário, edição bilingue, que contribui para dar visibilidade e transparência a informações relevantes sobre o desempenho das companhias abertas brasileiras.

PRÊMIO ABRASCA DE CRIAÇÃO DE VALOR

A Abrasca anunciou em um jantar no dia 28 de julho de 2008 as vencedoras do Prêmio Abrasca de Criação de Valor. A metodologia para a escolha é inédita no Brasil, desenvolvida pela Universidade de Navarra, na Espanha, e adaptada pela GRC Visão para o **Anuário Estatístico das Companhias Abertas**.

Inicialmente, as empresas foram selecionadas com base em dados quantitativos, para identificar as que conseguiram os mais elevados percentuais de criação de valor em relação a seu *market value* ao longo do ano passado. Posteriormente, foram consultados analistas de investimentos que acompanham as empresas para obter avaliações sobre o trabalho que elas desenvolvem em áreas-chave como governança corporativa, relação com os acionistas e o mercado, política ambiental e atuação social.

As finalistas foram submetidas ao Comitê de Premiação, formado por 14 entidades do mercado de capitais, que indicou a vencedora e os destaques setoriais. Este comitê, que é soberano em seu voto, é composto por representantes das seguintes entidades: Adeval, Amec, Abrapp, Ancor, Andima, Anefac, Apimec, BM&FBovespa, Ibef, Ibgc, Ibracon, Ibri e Ini.

Ernst & Young foi a empresa responsável pela revisão e acompanhamento do prêmio.

O Prêmio Abrasca de Criação de Valor coube à Drogasil S.A., por ter obtido a nota máxima em todos os itens avaliados pelos analistas e ter gerado 175% de valor aos seus acionistas em 2007.

As seguintes empresas receberam os Prêmios de Destaque Setorial: Perdigão S.A. (alimentos), Bradesco (bancos), Eletropaulo (energia elétrica), Vale (extração mineral), Iochpe-Maxion (máquinas e equipamentos), Gerdau (metalurgia e siderurgia), Votorantim (papel e celulose), Copasa (saneamento e serviços de água e gás) e Oi (telecomunicações).

SITE COMPANHIAS ABERTAS BRASIL

No mesmo dia 28 de julho, foi apresentado também o site COMPANHIAS ABERTAS BRASIL, uma iniciativa que faz parte da expansão do acesso às informações do **Anuário Estatístico das Companhias Abertas**. O objetivo é reunir e divulgar, no Brasil e no exterior, dados sobre as companhias abertas em conjunto, destacando as vantagens do investimento em empresas da jurisdição brasileira.

O novo site, que será bilingue (português e inglês), terá duas vantagens diferenciais importantes para investidores e analistas:

- 1) a utilização de uma poderosa ferramenta de consulta (o software Q-Stat), que permite interatividade *on-line* com os dados estatísticos publicados no Anuário; com ela, o usuário poderá cruzar os dados, gerar novas informações e apresentá-las em tabelas ou gráficos; e
- 2) o fato de ser a única base de dados com acesso aberto que permite análises comparativas setoriais e gerais do universo de companhias abertas brasileiras listadas em bolsa.

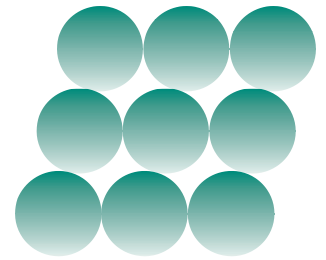
O site será atualizado trimestralmente, permitindo um acompanhamento sistemático da evolução das empresas brasileiras. Desta forma, será criado um grande banco de dados que ficará disponí-

vel para pesquisas e consultas. Essa base de dados vai se tornar mais e mais importante à medida que acumular informações no padrão IFRS, que será a linguagem comum contábil e financeira da comunidade de investimentos global, cuja implantação ocorrerá a partir de 2009 no Brasil.

O site conterà também uma Agenda Geral do Mercado, para registrar e divulgar, não só os eventos corporativos das companhias abertas, mas todos os promovidos pelas entidades do mercado financeiro e de capitais.

O site evoluirá para um Portal, que terá também uma ferramenta para sondagem de opiniões e debates de temas de interesse das companhias abertas.

É importante ressaltar que ainda não existe um site específico sobre companhias abertas na web. Os sites atuais estão centrados no mercado de capitais e nas negociações com diversos ativos. Portanto, é um espaço que a Abrasca pretende ocupar, a fim de resguardar os interesses dos seus associados.



REALIZADO SEMINÁRIO NO ÂMBITO DO CONVÊNIO CVM/ABRASCA

A Abrasca organizou um seminário intitulado “Responsabilidade da Diretoria pela Informação: Lei das S.A.”, cujo objetivo foi chamar a atenção dos administradores de companhias abertas, ou de companhias que pretendem abrir o capital, para as suas responsabilidades e para as melhores práticas no exercício das funções.

Foi elaborado um detalhado programa e foram convidados palestrantes de excepcional nível profissional, com grande experiência nos assuntos que abordaram. O evento resultou do Convênio entre a CVM e a Abrasca, celebrado em dezembro de 2007, e contou com a presença da presidente da autarquia, Maria Helena Santana.

Devido ao grande interesse despertado, a Abrasca expediu convites diretamente para os diretores das companhias abertas associadas, tendo havido 140 inscrições, entre as quais 62 diretores estatutários, sendo 11 CEO ou presidentes. Como o evento era gratuito, o que a experiência indica acarretar ausências, compareceram cerca de 90 dos inscritos.

O evento foi ao encontro também de uma recomendação da presidente da CVM, Maria Helena Santana, que, em seu discurso no dia da cerimônia de celebração das 100 empresas do Novo Mercado, conclamou as entidades de mercado, entre elas a Abrasca, a trabalhar com seus respectivos públicos para avançar na conscientização dos administradores das companhias para a importância de uma abertura de capital bem conduzida e para a adoção de preceitos de boa governança corporativa.

CRIAÇÃO DE UM ÍNDICE DO SETOR IMOBILIÁRIO NA BOVESPA

A Abrasca enviou sugestão à Bovespa para a criação de um índice imobiliário que, acompanhando a expansão do setor, pudesse trazer benefícios para a avaliação e a negociação dos títulos dessas empresas.

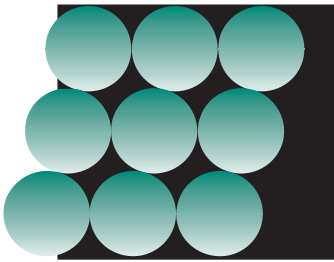
Na exposição do assunto, a Abrasca ressaltou que a participação das companhias do setor imobiliário no mercado de capitais brasileiro vem crescendo exponencialmente nos últimos dois anos, já contando com 32 empresas listadas na Bovespa, o que representa cerca de 40 bilhões de dólares em valor de mercado.

A Bovespa aceitou a sugestão e fez a consulta pública eletrônica para a criação do índice.

A Abrasca estudou a consulta da Bovespa e encaminhou comentários e sugestões de aprimoramento sobre o nome, a metodologia e os setores e subsetores que deveriam integrar o índice, entre outras características técnicas.

A criação do índice deve facilitar o trabalho de analistas e investidores e fomentar o segmento imobiliário, que, apesar de ter mais de 30 companhias listadas, ainda exibe baixa liquidez.

Posteriormente, a BM&FBovespa anunciou a criação do índice para as companhias abertas do setor imobiliário.



GERALDO TOFFANELLO É INDICADO PARA O SAC/IASB

O CPC resolveu, em reunião no dia 30/10, apoiar e pedir apoio a outras entidades de mercado para que Geraldo Toffanello, membro do Comitê e indicado pela Abrasca, ocupe uma vaga no SAC – *Standards Advisory Council*. Este conselho, que conta com a presidência do prof. Nelson Carvalho até o final deste ano, é fórum de representantes de vários países e de várias profissões ligadas à contabilidade como preparadores, analistas, acadêmicos, auditores, reguladores e profissionais de contabilidade, que servem como consultores do IASB – *International Accounting Standards Board* para ajudar no trabalho de emissão de normas internacionais de contabilidade.

A Abrasca enviou, em 30/10/2008, correspondência ao Sr. Tom Seidenstein, diretor de Operações da Fundação IASCF, indicando Toffanello para o SAC.

Em março de 2009, a Abrasca foi informada de que Geraldo Toffanello foi eleito para integrar o SAC.

FACILITADA A CRIAÇÃO DE PROGRAMA DE ADR NÍVEL 1, DESDE QUE COM ANUÊNCIA DA COMPANHIA EMISSORA

No dia 13 de novembro de 2008, foi realizada uma reunião conjunta da Comec – Comissão de Mercado de Capitais – e Cojur – Comissão Jurídica da Abrasca – para discutir a mudança de regulação 12g da SEC, que simplificou as regras sobre os *American Depositary Receipts* (ADRs) e que entrou em vigor no dia 10 de outubro de 2008.

Os ADRS são recibos emitidos por um banco depositário norte-americano (“instituição depositária”) que representam ações de uma empresa fora dos EUA que se encontram custodiadas em uma instituição financeira no país de origem (“instituição custodiante”) para negociação no mercado de capitais norte-americano. Um acionista poderá depositar suas ações no programa de ADRs e solicitar a emissão do ADR no exterior, mediante a comunicação do banco custodiante ao banco depositário. O caminho inverso, ou seja, o cancelamento do ADR e recebimento das ações lastreadas ao ADR, também é possível.

Entre outras alterações, a norma 12g isenta de formalidades a emissão de ADR Nível 1, o mais simples dos três existentes, que permite a negociação de ações em balcão. Qualquer empresa estrangeira listada nas suas bolsas locais poderá ser automaticamente elegível para a isenção pela regra 12g3-2(b) e ser criado um programa de ADR Nível 1 não patrocinado. Basta que pelo menos 55% do volume negociado seja feito na bolsa local, no caso brasileiro, na Bovespa, e que a empresa disponibilize em inglês, no seu website, informações públicas de acordo com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Com isso, tornou-se possível que um banco depositário crie um programa de ADR à revelia da companhia. Como decorrência, foi elaborado, para distribuição aos associados, um guia Abrasca sobre os programas patrocinados e não patrocinados de ADR. O documento contém os principais aspectos dos ADRs patrocinados e não patrocinados, oferecendo aos interessados uma abordagem simples e prática sobre o assunto para uma tomada de decisão sobre a criação de um programa de ADR.

A CVM – Comissão de Valores Mobiliários – decidiu que deverá consultar as empresas sobre a criação de programas de ADR não patrocinados, impedindo, assim, que sejam instituídos à revelia das companhias.

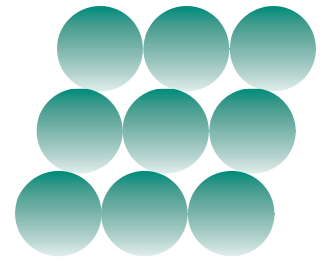
PUBLICAÇÃO LEGAL: CUSTO SEM BENEFÍCIO

O vice-presidente da Abrasca, Alfried Plöger, em reunião na FIESP – Federação das Indústrias de São Paulo, fez referência a uma reunião anterior, realizada no dia 8/9/2008, na qual o Sr. Modesto Souza Barros Carvalhosa apresentou moção para que a entidade se manifestasse sobre a Lei 11.638/07, que altera dispositivos da lei das sociedades anônimas e estende às sociedades

limitadas de grande porte disposições relativas à elaboração de demonstrações financeiras a partir de 2008. Especificamente, o Sr. Carvalhosa defende que a referida lei seja interpretada no sentido de obrigar a inserção das publicações legais nos diários oficiais.

Na oportunidade, Alfred Plöger externou os motivos pelos quais é contra a proposição. Disse que as publicações legais das companhias abertas, no atual contexto em que se registra uma extraordinária evolução dos meios de comunicação, não podem mais ficar condicionadas à mídia impressa. Para que a companhia possa implementar adequadamente a sua política de divulgação de informações, as normas atualmente em vigor deveriam ser revistas de modo que, por exemplo, fosse extinta a obrigatoriedade de quaisquer publicações em diários oficiais, não somente em razão dos custos, como também em nome da rapidez e da oportunidade.

Sobretudo, destacou que a Lei 11.638/07 é clara no sentido de não estabelecer tal obrigatoriedade. E que a interpretação defendida pelo Sr. Carvalhosa contraria o entendimento da larga maioria dos advogados e juristas que atuam na área do mercado de capitais. Salientou que a Abrasca defende essa mesma posição.



ITAUTEC ATINGE MARCA HISTÓRICA NO PRÊMIO ABRASCA

A solenidade de entrega do 10º Prêmio Abrasca Melhor Relatório Anual, edição 2008, foi realizada no dia 16 de outubro de 2008 no auditório da BM&FBovespa. Com o objetivo de incentivar as empresas a se comunicar de modo transparente com o mercado, além de aprimorar seus relatórios, o prêmio é destinado aos melhores relatórios anuais referentes ao ano anterior.

A recente Lei 11.638 incorporou, tornando obrigatórios, critérios pioneiramente utilizados pelo Prêmio Abrasca: os Ativos Intangíveis, que devem ser destacados no Ativo Permanente, a Demonstração de Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado.

A escolha das companhias laureadas fica a cargo da Comissão Julgadora, que reúne alguns dos maiores especialistas em comunicações corporativas do país e representantes de todas as principais entidades do mercado. Em sua 10ª edição, contou com 94 inscrições ao todo e uma nova categoria: “Organizações Não Empresariais”, englobando fundações, instituições de ensino e similares.

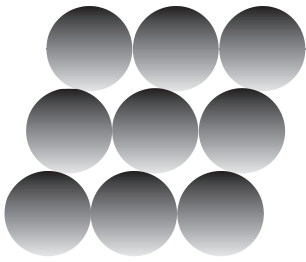
O presidente da Abrasca, Antônio D. C. Castro, fez a abertura da cerimônia de entrega do Prêmio, lembrando os seus 10 anos de história, e destacou seu caráter educativo.

Em seguida, Antônio Cocurullo, diretor de Risk Advisory Services, da Ernst & Young, apresentou uma palestra sobre “Os principais impactos da conversão e da divulgação das informações nos negócios: foco na governança corporativa e gestão de risco corporativos”.

Desde 1996, a Abrasca promoveu 13 seminários anuais; nos três primeiros, apenas o seminário; nos dez seguintes, a partir de 1999, com a outorga do Prêmio Abrasca, que chega em 2008 à sua décima edição. Parceiros da primeira hora foram o Ibri e a BM&FBovespa mas, ao longo do percurso, a iniciativa ganhou o apoio de mais 11 entidades: Aberj, Amec, Anbid, Andima, Anefac, Apimec Nacional, Apimec São Paulo, Ibef, Ibgc, Ibracon São Paulo e Ini.

Desde a sua concepção até hoje, o Prêmio manteve sua orientação básica de apenas usar como bases de avaliação as informações espontâneas que viessem a ser divulgadas, ou seja, aquelas que não são obrigatórias por lei ou por orientação da CVM.

A experiência de dez anos consecutivos de premiação indica que as empresas brasileiras são, sem sombra de dúvidas, as grandes beneficiárias dessa iniciativa da Abrasca. Não somente porque têm incentivo para se esmerar na qualidade das informações que disseminam, mas também porque recebem as opiniões de alguns dos maiores especialistas do País em comunicações corporativas, reunidos na Comissão Julgadora.



Foram premiadas com menção honrosa nas diversas categorias:

Bradesco – Análise Econômico-Financeira;

Elektro – Aspectos Socioambientais;

Cemig – Estratégia;

Banco do Brasil – Gestão de Risco; e

Tractebel Energia – Governança Corporativa.

A Fundação Bradesco foi a vencedora do Prêmio Abrasca Relatório Anual na categoria “Organização não Empresarial”.

As companhias fechadas vencedoras nas categorias 1 (empresa com receita líquida acima ou igual a R\$ 1 bilhão) e 2 (empresa com receita líquida abaixo de R\$ 1 bilhão) foram a Mapfre Seguros e a BrasilPrev, respectivamente.

Das companhias abertas, a Itaútec foi laureada na categoria 1 com a maior nota de toda a história do prêmio: 101.67 pontos. A Eternit levou o prêmio na categoria 2.

No encerramento do evento, o professor Lélío Lauretti foi homenageado pelos 10 anos como presidente da Comissão Julgadora.

ARTIGOS DO PRESIDENTE DA ABRASCA

A relevância do Prêmio Abrasca para o Melhor Relatório Anual

Com o Prêmio, a entidade procurou, por intermédio da ação da Comissão Julgadora, persistentemente e de maneira pioneira, colocar as companhias em contato com alguns tipos de informação que não faziam parte do seu dia a dia.

Estão abertas até 31 de julho as inscrições para a décima edição do Prêmio Abrasca para o melhor relatório anual referente ao ano de 2007.

O Prêmio foi criado em 1999 com o objetivo principal de incentivar as empresas a buscar caminhos para melhorar a transparência das suas prestações de contas.

No começo, era restrito às companhias abertas; em seguida, foram incluídas as empresas fechadas; este ano, foi criada uma terceira categoria para organizações não empresariais, que engloba fundações, instituições de ensino, associações de classe e similares.

Finalmente, podemos registrar que a Lei 11.638, recentemente promulgada, incorporou os ativos intangíveis, que devem agora ser destacados no ativo permanente, e tornou obrigatórias a Demonstração de Fluxo de Caixa e a Demonstração de Valor Adicionado, que são também conceitos pioneiramente utilizados pelo Prêmio Abrasca.

São, assim, demonstrações da relevância de um prêmio que a Abrasca criou, não para estimular a concorrência entre trabalhos bem elaborados, mas para disseminar, para exemplo de todos, aqueles documentos que expuseram, de maneira original e com a clareza e profundidade necessárias, os valores que caracterizam uma companhia aberta bem-sucedida.

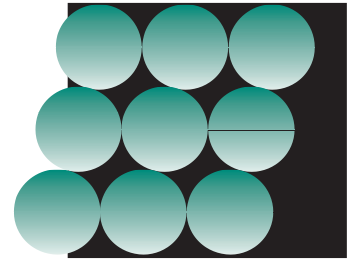
A missão tem sido cumprida e a Abrasca tem muito orgulho dos resultados.

Por uma governança própria ao País

Por mais globalizado que seja o mundo de hoje, regiões, países e empresas guardam especificidades que devem ser respeitadas. Legislações, regulamentos e normas raramente podem ser simples-

mente passados de uma economia para outra. Quando isso ocorre, o mais comum é que se termine convivendo com um emaranhado de regras de difícil aplicação. Ao mesmo tempo, a ausência de regras adequadas para aquela economia específica deixa seus agentes sem rumo, ou, pior, com liberdade para tomar rumos indesejáveis.

As companhias devem cultivar regras rígidas de transparência. Sua administração executiva tem de prover o mercado, aí incluídos os investidores e órgãos do governo, com informações abrangentes, na hora certa e de forma equânime. A Abrasca defende que a composição do conselho de administração seja predominantemente de conselheiros independentes e que eles atuem seguindo a máxima de que sua responsabilidade refere-se ao conjunto de todos os acionistas.



Educação do investidor, uma iniciativa rentável

Conhecimentos consistentes sobre o mercado de capitais e seus mecanismos sempre foram necessários aos profissionais de diferentes segmentos de alguma forma ligados aos negócios com valores mobiliários. Sempre houve, também, um claro e organizado esforço das instituições e entidades do mercado em prover estes profissionais com conhecimentos.

Hoje, contudo, esta necessidade tomou proporções muito maiores. O mercado de capitais brasileiro mudou de patamar, o mundo corporativo tornou-se mais complexo e as próprias operações ganham, a cada dia, mais sofisticação. É hora, portanto, de investir mais tempo e recursos na adequada e continuada formação de diferentes públicos, para que eles se capacitem a lidar com as particularidades do mercado acionário.

Neste sentido, a Abrasca entende que o processo educativo não deve se restringir a difundir princípios, técnicas e procedimentos típicos de mercado. O processo tem de conferir igual peso à preparação destes públicos para entender os riscos aceitáveis e para absorver os pressupostos de transparência e ética essenciais ao setor. Sem isso, a consistência da verdadeira educação para o mercado de capitais ficaria comprometida.

No início de 2006, a CVM instalou o Comitê Consultivo de Educação, que coincidiu com a posição da Abrasca em prol da educação financeira do público em geral e de grupos específicos. Integram o Comitê: Abrasca, Anbid, Apimec, Andima, BM&F, Bovespa, Ibri e Ini.

Nesse contexto, foi criado o Prêmio Imprensa de Educação ao Investidor, concedido anualmente no 1º trimestre, para incentivar a publicação de matérias que contribuam para o aprimoramento dos conhecimentos dos investidores e do público em geral.

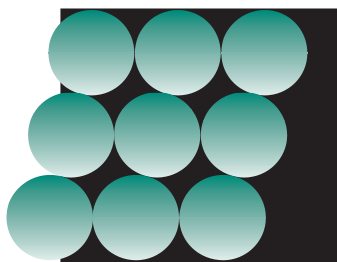
São iniciativas que demonstram a alta prioridade e a preocupação constante das instituições e entidades do mercado com a educação do investidor. É hora, portanto, de se aprofundar esta agenda, aproveitando a janela de oportunidade aberta pelo grande interesse que o mercado acionário está despertando nos mais diversos segmentos da sociedade.

A busca do equilíbrio

O mercado de capitais passa a fazer parte da visão estratégica que os investidores e as empresas precisam ter de seus negócios.

O ano de 2008 promete ser, para o mercado de capitais, um ano de consolidação.

Depois de quatro anos de movimentação crescente, o mercado nitidamente mudou de patamar. Em 2007, 64 empresas recorreram ao mercado de ofertas públicas iniciais de ações captando cerca de US\$ 32 bilhões, mais do que o triplo do volume levantado em 2006, quando 26 abriram capital. Este novo grupo ampliou significativamente a abrangência dos setores presentes na Bolsa de Valores, com grande destaque à própria Bovespa, já na qualidade de companhia aberta que se associou à Abrasca.



É sempre bom lembrar que, embora as aberturas de capital tenham sido, de uma maneira geral, bem-sucedidas, não há motivos para garantir que todas as empresas que abrirem capital terão sucesso. Mas, se o IPO for a escolha mais adequada, é essencial que a empresa se prepare, com cuidado e persistência, para as mudanças de procedimentos e cultura que advirão.

Em momentos de cautela, como parece ser o presente, os investidores ficam naturalmente mais seletivos, privilegiando as empresas com prospectos consistentes, histórico de crescimento sustentado, administração experiente e planos de negócios promissores.

O mercado de capitais passa a fazer parte da visão estratégica que os investidores e as empresas precisam ter de seus negócios. Talvez tenha chegado o dia em que o mercado de ações tornou-se a primeira e mais destacada opção para apoiar quem tiver planos bem estruturados para gerir seus empreendimentos.

Ibovespa, termômetro indispensável da economia brasileira

O Ibovespa não é apenas o termômetro da nossa bolsa. Ele expõe a própria estrutura da economia brasileira, marcada por altos e baixos, arrancadas que se frustram e freadas bruscas.

Os quarenta anos de existência do Índice Ibovespa, completados em janeiro, representam a evidência de que ferramentas bem construídas suportam a prova do tempo. Instrumentos assim criados mantêm seu nível de eficácia e eficiência, mesmo que o mundo para o qual foram montados passe por mudanças radicais. Quando comparadas com os dias atuais, a economia mundial e a economia brasileira e seus mercados de capitais de quarenta anos atrás são profundamente diferentes.

O Ibovespa, em todo este período, pelo apuro técnico de sua montagem, teve condições de se manter com a mesma metodologia. Assim, espelhou fielmente o que estava acontecendo com o mercado acionário no Brasil, por sua vez influenciado pelo que ocorria nas bolsas internacionais. A composição do Ibovespa muda, de maneira a incluir sempre os papéis mais líquidos, mais presentes em pregão e com participação de volume superior a 0,1% do volume total negociado, segundo informação da Bovespa. Assim, expressa de fato a média do comportamento do mercado.

A constatação da elevada rentabilidade histórica do Ibovespa no período, confrontada com períodos de extrema volatilidade, serve como alerta para os condutores da economia brasileira, que devem passar a trabalhar em favor de um desenvolvimento e crescimento realmente sustentáveis, sem deixar brechas para que a prosperidade de hoje possa ruir amanhã sob o peso de decisões equivocadas.

A Abrasca e a mudança na Lei das S.A.

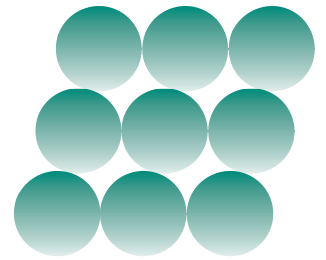
“A Lei 11.638/07 teve origem em um projeto elaborado pela Comissão de Valores Mobiliários, com forte apoio das entidades representativas do mercado, para permitir a convergência das práticas contábeis brasileiras para o padrão internacional (IFRS), objetivando principalmente facilitar o ingresso de investimento estrangeiro na economia brasileira.”

A Lei 11.638, aprovada no final de dezembro de 2007, introduz alterações profundas na parte contábil da Lei das S.A., para permitir a agilização do processo, já iniciado, de adaptação das normas brasileiras aos padrões do International Financial Reporting Standards (IFRS). O mercado de capitais esperou longamente por esse diploma legal. Com ele, as empresas passarão a adotar, no devido tempo, a linguagem contábil dos principais mercados do mundo.

A Lei 11.638/07, ao dar nova redação ao parágrafo 2º do artigo 177 da Lei 6.404/76, inova ao permitir que, alternativamente ao conceito anterior, a escrituração para fins tributários possa ser a primeira a ser efetuada, e que, depois de apurados os correspondentes tributos (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro), sejam feitos lançamentos contábeis adicionais que assegurem a preparação e divulgação das demonstrações financeiras com observância dos preceitos societários dispostos no mesmo artigo 177.

O parágrafo 7º do artigo 177, da Lei 6.404/76, adicionado pela Lei 11.638/07, estabelece que tais lançamentos de ajustes efetuados exclusivamente para harmonização das normas contábeis e as demonstrações e apurações com eles elaboradas não poderão ser base de incidência de impostos e contribuições nem ter quaisquer outros efeitos tributários.

Esse dispositivo reafirma a premissa de neutralidade fiscal que norteou o projeto que deu origem à Lei 11.638/07 durante sua tramitação no Congresso Nacional, assim como o objetivo de harmonizar o Brasil com os padrões contábeis internacionais. Essa importante evolução introduzida pela recente Lei 11.638/07 representa, portanto, uma quebra de paradigma na contabilidade brasileira.



As empresas e a confiança no 10º Encontro de RI

O 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, realizado em São Paulo, no início de junho, foi, como esperado, um grande êxito, tanto devido aos temas eleitos para esta edição do evento, como pela profundidade com que foram tratados.

Maior reunião de RI da América do Sul, o encontro atraiu cerca de 800 pessoas, que por dois dias discutiram as mais relevantes questões para o atual momento do mercado. Especialistas apresentaram os cenários econômicos e autoridades da CVM, além de advogados e profissionais do mercado, falaram sobre governança corporativa, transparência, IFRS e temas de relações com investidores.

Há, assim, aspectos fundamentais, relativos às empresas emissoras, que a Abrasca procurou destacar no encontro, para ajudar a evitar frustrações como as que já vivemos no passado. São eles a informação equitativa, o preço natural de mercado e as expectativas transmitidas, que devem ser, acima de tudo, realistas.

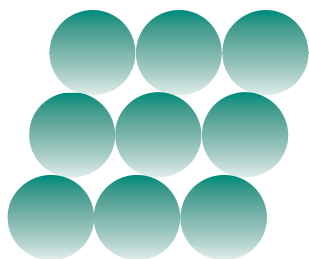
Estes três pontos, se não observados, comprometem o principal fator que deve impulsionar o mercado acionário: a confiança dos investidores! O papel do profissional de RI na preservação desta confiança é, obviamente, fundamental.

A criação de valor

Numa visão mais abrangente, o instrumento mais importante para a perenidade de uma empresa, o que pressupõe atrair investidores engajados em seus projetos, é a criação de valor para os acionistas a longo prazo.

Para as empresas, um dos objetivos primordiais deve ser o da perenidade. É em nome desta perenidade que são traçadas metas, eleitas as estratégias para alcançá-las e decisões são tomadas. Em consequência, estas organizações adquirem uma força que ajuda a sustentá-las nos momentos de conjuntura desfavorável e se constitui em base para a manutenção de uma linha de crescimento consistente. Com isso, beneficiam seus acionistas, tanto os controladores como os minoritários, e, de resto, toda a economia – um país com grande número de empresas sólidas e responsáveis resiste melhor a problemas internos e externos.

Uma companhia criteriosa, com sólidas práticas de governança e sobriedade na apresentação de suas projeções, aumenta as próprias chances de surpreender positivamente as suas partes interessadas. Mesmo quando conjunturas desfavoráveis a obrigam a revisar, para baixo, suas expectativas, a sua seriedade será sempre levada na devida conta. O acionista, pessoa física ou jurídica, que tem uma experiência positiva de criação de valor com uma empresa sente-se mais propenso a continuar com ela, e a continuar participando de seus projetos de crescimento, mesmo em tempos difíceis. Nestas empresas, o caminho para a perenidade não foi abandonado em favor de atalhos que desembocam em atoleiros.



Novo Mercado

Em 25 de julho, foi comemorada a marca de 100 empresas que aderiram ao Novo Mercado da Bovespa, tornando-se um importante símbolo de confiabilidade para guiar os investidores e prover um ambiente mais promissor para as empresas que buscam uma fonte menos onerosa de recursos destinados aos seus investimentos.

Criado com foco nas empresas em processo de abertura de capital, já que uma das exigências é a de a companhia ter somente ações ordinárias em seu capital, o Novo Mercado também atrai empresas já negociadas em bolsa que tenham condições de adotar suas regras quanto ao tipo de ações que compõem seu capital social. De qualquer forma, para as já negociadas, a Bovespa estabeleceu também listagens – os Níveis 1 e 2 de Governança – nas quais elas pudessem se enquadrar e ter o benefício de uma visibilidade especial por parte de todos os participantes do mercado.

Fazem parte das regras do Novo Mercado diversos mecanismos que oferecem maior proteção aos investidores. Entre eles, no campo da melhoria das informações prestadas às autoridades e ao público, a empresa tem de agregar às Informações Anuais (IANs) a quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia detidos pelos grupos de acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, diretores e membros do Conselho Fiscal, bem como a evolução dessas posições.

O fato de o setor acionário brasileiro já ter rompido a marca de 100 empresas listadas no Novo Mercado é um perfeito exemplo de sucesso da autorregulação. Evidencia a capacidade de entidades, instituições e companhias buscarem sempre o caminho de um mercado mais forte e resistente às incertezas inerentes ao investimento em ações, melhor aparelhando nossa Bolsa de Valores como instrumento fundamental de apoio ao crescimento econômico brasileiro.

A responsabilidade da diretoria

A responsabilidade de assegurar a divulgação equânime das informações e também a sua qualidade deve ser encarada como uma tarefa da diretoria, coletivamente, e não apenas do diretor de Relações com Investidores. Seus integrantes devem formar um corpo único, de defesa das boas práticas da governança corporativa, que em conjunto zelem pelo futuro da empresa e pelo interesse de todos os acionistas, independentemente de suas posições acionárias.

Neste sentido, nunca é demais frisar o elenco de recomendações elaboradas pela Abrasca, com vistas ao exercício de atos que maximizam o valor da empresa. São cinco os princípios apontados pela Abrasca como fundamentais para a máxima criação de valor nas empresas: transparência, prestação de contas, equidade, meritocracia e sustentabilidade. Tais práticas, na visão da Abrasca, devem ser observadas pela diretoria como um todo, ou seja, não são de responsabilidade exclusiva da área de Relações com Investidores.

Na visão da Abrasca, dependendo das características e do caso específico de cada empresa, é válida a existência do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria. O primeiro, instituição tipicamente brasileira, exerce controle externo *ex-post* sobre as atividades da companhia, mas idealmente com total independência ante os dirigentes da empresa. Já o Comitê de Auditoria, órgão auxiliar do Conselho de Administração, tem o poder de monitorar, de forma proativa, os controles internos da empresa, durante o próprio correr dos eventos, agindo de forma preventiva quando assim as circunstâncias o exigirem.

Assim, não faltam, no universo corporativo brasileiro, referências de melhores práticas para o aperfeiçoamento da governança corporativa por parte da empresa. É dever dela, e de todos os seus integrantes, a observância desses parâmetros e o uso dos instrumentos disponíveis, para dar à companhia capacidade de criação de valor e o máximo de retorno sustentado aos seus acionistas.

Recuperação é difícil, mas ainda possível

O mercado acionário brasileiro sofreu significativas mudanças em agosto e setembro, oscilando de acordo com a evolução do cenário externo, influenciado basicamente pelas preocupações crescentes com o setor financeiro americano e a desaceleração dos PIBs dos países da Europa e Ásia.

O ciclo de intensa expansão econômica global deu uma parada com a crise desencadeada no coração do mercado financeiro mundial. A política de juros baixos praticada nos Estados Unidos a partir do fatídico 11 de setembro ensejou o crédito desenfreado e a bolha imobiliária. Grandes instituições financeiras realizaram baixas contábeis colossais em sequência, e secou a liquidez internacional.

Em todo o mundo, as bolsas passaram a oscilar ao sabor das notícias, boas ou más, que circulavam. No Brasil, não foi diferente: os IPOs foram interrompidos, após o grande movimento de 2007, e o Ibovespa, que em 31 de dezembro de 2007 estava em 63.886 pontos, atingiu, em 30 de setembro de 2008, quando os desdobramentos da crise ainda não tinham acabado, a área dos 46 mil pontos.

De 1968 a 2007, a economia brasileira cresceu em média 4,2% ao ano, enquanto a americana ficou em 2,9%. Outra constatação interessante é de que o Ibovespa, do ponto de vista da rentabilidade, vem superando, na média dos últimos 40 anos, a expansão anual do PIB brasileiro, atingindo 9,2% ao ano. Tal não ocorre com o Dow Jones que, na média, ficou em 2,1% ao ano, ou seja, abaixo do crescimento médio da economia americana.

A diferença percebida é que, enquanto a linha de crescimento americana obedece a um comportamento sem picos ou vales marcantes, a brasileira oscila em fortes movimentos, demonstrando acentuada volatilidade. Para dar uma idéia, nos EUA as variações ocorrem num corredor de 30% para cima e para baixo, enquanto no Brasil registram-se percentuais de quase 300% para cima e cerca de 70% para baixo.

Isso mostra, claramente, que o Ibovespa, em que pese suas fortes oscilações, registra um histórico de elevada rentabilidade a longo prazo. Mesmo numa visão conservadora, limitando a análise ao período encerrado em 31/12/2005, quando o índice atingiu a ordem de 33.455 pontos, a rentabilidade real do Ibovespa estaria na ordem de 8,8% ao ano na média, comparado com uma rentabilidade de 2,9% do Dow Jones.

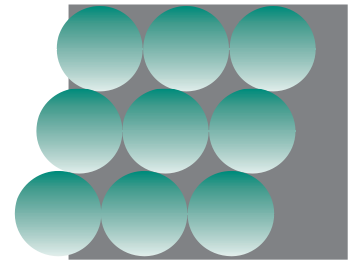
Uma questão de cultura

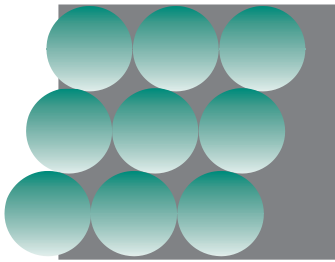
Muito já foi feito no Brasil em favor de uma verdadeira cultura de companhia aberta dentro das empresas. Profissionais do mercado, os próprios empresários, executivos e especialistas que acompanham o setor acionário desde aqueles que podem ser considerados tempos heroicos sabem dos caminhos que foram percorridos, dos avanços obtidos e de todo o esforço feito para se chegar a tal cultura.

Houve, efetivamente, muito progresso, fruto do trabalho dos mais diferentes *players* do mercado, entre eles a Abrasca. Permanecem, contudo, lacunas até agora não eliminadas e que abrem brechas para eventos que podem atingir todo o setor em um dos seus pontos mais vitais – a credibilidade.

Parte da contribuição da Abrasca para a formação e disseminação de uma autêntica cultura de companhia aberta no país se dá na forma de dois prêmios por ela criados, os quais abrem caminhos mais amplos de divulgação de rotinas, normas e procedimentos.

Um é o Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, para estimular as empresas a prestarem ao seu público informações que superem o simples cumprimento das normas legais. O outro é o Prêmio Abrasca de Criação de Valor, concedido às organizações de melhor desempenho na busca da criação de valor, fundamental para atender às expectativas dos acionistas e para garantir a sustentabilidade do empreendimento.





Ambos servem para destacar as companhias que fazem bem o que devem fazer, dispostas ainda a ir além do que se espera delas. Também mostram às demais empresas que há um padrão de excelência passível de ser seguido. Em outras palavras, os prêmios evidenciam que existem organizações capazes de operar dentro de uma verdadeira cultura de companhia aberta, e que elas podem ser modelos para um sucesso duradouro.

ABRASCA TEM PARTICIPAÇÃO NA 5ª EDIÇÃO DO PROGRAMA TOP DE TREINAMENTO DE PROFESSORES

O programa TOP, em sua 5ª edição, foi realizado no período de 21 a 25 de julho, em São Paulo, com participação ativa da Abrasca, que ministrou aulas sobre as atividades da Associação, principalmente sobre o Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes e sobre governança corporativa. Na oportunidade, foram distribuídos exemplares do Manual e da publicação sobre governança.

O programa, criado por iniciativa da CVM no âmbito do seu Comitê Consultivo de Educação, se destina a professores universitários que lecionem, ou tenham lecionado, disciplinas relacionadas ao mercado de capitais, e tem os seguintes objetivos:

- Promover uma atualização de conhecimentos relativos ao mercado de capitais, aliando uma visão prática à teoria.
- Criar um canal permanente de comunicação e relacionamento entre as instituições do Comitê e os professores, divulgando a atuação de cada entidade e o apoio que pode ser prestado ao docente.
- Contribuir para o desenvolvimento de multiplicadores, junto às instituições de ensino de nível superior, que repassem aos alunos as informações recebidas no referido programa, bem como participem de outras iniciativas educacionais.

PLANO DIRETOR DO MERCADO DE CAPITAIS

A Abrasca listou os temas prioritários a serem tratados no ano de 2008 no âmbito do Plano Diretor:

- 1) Uso do FGTS para a compra de ações de empresas, que não ficaria restrito à Vale e Petrobras;
- 2) Avanço na discussão sobre a desconsideração da personalidade jurídica;
- 3) Ações contra incidência de PIS/COFINS sobre os Juros do Capital Próprio;
- 4) Ampliação de estudos de novos instrumentos financeiros via mercado de capitais para financiamentos rurais e de infraestrutura para o país;
- 5) Redução da carga tributária e Reforma da Previdência;
- 6) Inclusão nos currículos escolares de educação financeira e formação da poupança de longo prazo;
- 7) Ampliação dos programas de participação dos trabalhadores no capital das empresas (PLR);
- 8) Aumento da poupança previdenciária dirigida ao mercado de ações;
- 9) Ampliação das opções de financiamento via mercado de capitais para o desenvolvimento do agronegócio e do mercado imobiliário, com reflexos positivos para o crescimento econômico do país.

Vale lembrar que o Plano Diretor, iniciado em 2001, foi uma excelente plataforma de comunicação com os, então, candidatos à presidência da República e seus respectivos partidos. A Abrasca é representada, no Plano Diretor, por seu diretor Maurício Botelho.

Entre as principais realizações do Plano podemos citar, entre outras, as medidas pró-mercado adotadas no atual governo, como a isenção da CPMF nas operações em bolsa e a redução do imposto de renda sobre ganho de capital. Entre os assuntos em andamento, podemos incluir, entre outros, a Reforma da Previdência, a Reforma Tributária e a “desconsideração da personalidade jurídica”.

DISPENSA DE REGISTRO NA CVM DE OFERTAS RESTRITAS

A CVM submeteu à audiência pública, no dia 8 de setembro, a minuta de Instrução sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados de balcão organizado e não-organizado.

A minuta dispensa de registro na CVM as ofertas públicas dirigidas a um número restrito de investidores qualificados. Permite, além disso, que os valores mobiliários ofertados sejam negociados nos mercados a que se refere, ainda que seu emissor não seja registrado na CVM, mas desde que tal negociação seja restrita a investidores qualificados.

As dispensas de registro previstas na minuta se aplicam justamente às hipóteses em que é menos necessário, quais sejam, ofertas e negociações entre investidores qualificados, que têm condições de avaliar as informações prestadas e os riscos envolvidos.

Por meio dessas dispensas de registro, a CVM pretende reduzir os custos das ofertas públicas de esforços restritos, facilitando o acesso dos emissores ao mercado de valores mobiliários.

CENÁRIOS MACROECONÔMICOS

Como faz anualmente, a Abrasca procurou ouvir, no início de cada semestre, a opinião de seus associados sobre as tendências futuras de alguns agregados macroeconômicos.

A pesquisa sobre o cenário macroeconômico do 1º semestre de 2008, em comparação ao 2º semestre de 2007, mostrou sinais claros de otimismo, em que pese algumas ameaças vindas do cenário norte-americano.

Assim, as companhias associadas da Abrasca, por expressiva maioria, consideraram em alta a demanda no setor (82%), o crescimento do PIB (72%), o emprego no setor (62%) e no país (79%).

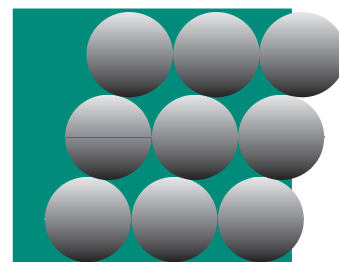
Os investimentos, para 72% dos respondentes, e o Ibovespa, também para 72%, devem apresentar tendência de alta, em relação ao semestre recém-findo.

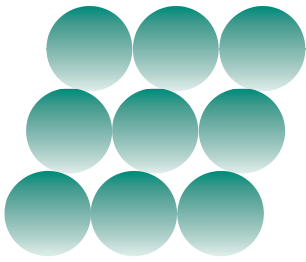
Com relação aos preços no setor, ao índice de inflação e ao câmbio real, houve uma preferência pela estabilidade, 57%, 54% e 67% dos respondentes, respectivamente. Interessante notar que nenhuma das empresas que responderam à pesquisa acredita em queda do índice de inflação, fato preocupante, e somente 10% admitem que os preços no setor podem cair.

A balança comercial, na visão de 62% das empresas, deve apresentar queda, enquanto que, no tocante às exportações, as empresas não conseguiram definir o quadro: 39% optaram por alta, 28% por queda e 33% pela estabilidade. Essas indicações mostram que as empresas acreditam firmemente no aumento do PIB e das importações, com diminuição das exportações para atender ao mercado interno.

Finalmente, as empresas mudaram sua atitude em relação aos juros reais, que, na opinião de 72% dos entrevistados, devem permanecer estáveis, com muito pouca tendência de queda.

De um modo geral, as empresas demonstraram um otimismo moderado com relação ao ambiente econômico no 2º semestre de 2008, apesar dos sinais de desaceleração mundial, de ascensão





da inflação e dos juros domésticos. Elas consideraram que a desaceleração da economia seria moderada e que não deveriam ser esperados impactos muito importantes nos principais dados macroeconômicos.

A maioria (61%) das empresas respondentes acreditava que a demanda no setor que ocupa estaria em alta no 2º semestre, em relação ao 1º. Na pesquisa anterior, nenhuma empresa achou que poderia haver queda.

Com relação ao crescimento do PIB, as empresas guardaram equilíbrio: 33% acreditando em alta; 39%, em estabilidade; e 28% em queda.

As empresas mostraram-se confiantes no desempenho de seus respectivos setores, pois 49% acharam que haveria maior oferta de empregos, em relação ao 1º semestre, e 49% acharam que haveria estabilidade.

O emprego no país seguiu aproximadamente a tendência no setor, com 52% das empresas acreditando em alta, e 46% em estabilidade.

Nenhuma empresa achou que os preços, no seu setor, pudessem vir a baixar: 52% acham que eles deveriam subir e 48% que ficariam estáveis.

A inflação foi certamente uma preocupação para muitas empresas: 61% acreditavam que ela iria subir, enquanto que 31% apostavam na estabilidade do índice, em relação ao 1º semestre de 2008. Poucas (8%) acreditaram que a inflação poderia vir a baixar nesse 2º semestre em relação ao 1º semestre de 2008.

Como na pesquisa anterior, a maioria das empresas (64%) acreditava na estabilidade do câmbio. As demais optaram, equilibradamente, pela tendência de alta (18%) e de baixa (18%).

A maioria das empresas (62%) acreditava que haveria queda na balança comercial no 2º semestre, em relação ao 1º, repetindo o mesmo dado da pesquisa realizada no semestre anterior. Por outro lado, poucas empresas (15%) acreditavam que haveria queda nas exportações. A maioria acreditava em alta (41%) e em estabilidade (41%).

Poucas empresas (8%) acreditavam em queda de investimento no 2º semestre em relação ao 1º. As demais, ou acreditavam na manutenção dos atuais níveis de investimento (51%) ou em alta (41%), o que parece demonstrar o otimismo cauteloso a que nos referimos no início. Com relação aos juros reais, não parece haver dúvidas: a grande maioria (82%) das empresas consultadas acreditava que os juros reais deveriam manter a tendência de alta.

Finalmente, as empresas se mostraram equilibradamente divididas com relação à tendência do Ibovespa no 2º semestre em relação ao 1º: 31% acreditavam em alta, 31%, em estabilidade e 38%, em queda.

COJUR PROPÕE SUGESTÕES SOBRE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

A CVM divulgou, em 5 de março de 2008, a Deliberação CVM nº 538, que dispõe sobre processos administrativos sancionadores.

A minuta de deliberação foi colocada, pela CVM, em audiência pública. A Abrasca examinou o documento na Cojur – Comissão Jurídica da Abrasca – e apresentou comentários e sugestões.

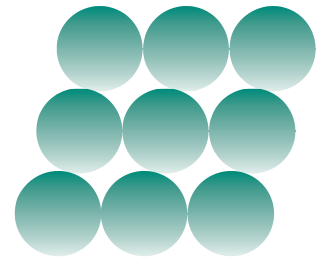
Entre os pontos destacados pela Abrasca, constava a preocupação com a possibilidade de o Colegiado dar aos fatos definição jurídica diversa daquela que consta na peça acusatória a qualquer tempo, sugerindo a adoção do modelo do Código de Processo Penal e a inserção de um prazo de decadência.

A CVM aceitou parcialmente a ponderação, afirmando que a nova definição jurídica só pode ocorrer antes do julgamento. Assim sendo, a expressão “a qualquer tempo” foi suprimida do artigo 25. Mas, comenta ainda a CVM, com relação aos prazos, eles estão previstos na regra que trata dos processos administrativos no âmbito federal; assim, não se torna necessário incluí-los.

A Deliberação CVM nº 538 criou também uma superintendência específica para apuração e julgamento de Processos Administrativos Sancionadores, colocando lado a lado inspetores e procuradores.

Assim, caberá à Superintendência de Processos Sancionadores (SPS) a condução do inquérito administrativo, em conjunto com a Procuradoria Federal Especializada (PFE).

O objetivo principal é reduzir o tempo médio entre o fato originador do processo e a decisão da autoridade.



PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE TRABALHO DO SPED – SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

A Abrasca tem dedicado esforços que conduzam à redução da carga tributária e à simplificação dos procedimentos fiscais.

Por isso, participa do grupo de trabalho de implantação do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital.

O projeto SPED consiste na alteração da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias prestadas pelos contribuintes às administrações tributárias, ou seja, a substituição da emissão de livros e documentos contábeis e fiscais em papel por documentos eletrônicos com certificação digital, garantindo assim a sua autoria, integridade e validade jurídica.

A entidade enviou correspondência à Receita Federal com suas considerações sobre os dois temas mais preocupantes para as companhias abertas: controle de acesso às informações das companhias e padronização do sistema fiscal para todas as esferas públicas.

Os principais pontos em discussão nos grupos de trabalho do Sistema são:

SPED CONTÁBIL

Os pontos que requerem maior atenção das companhias no SPED contábil são os seguintes: a) o formato da sumarização pretendida no sistema; b) a avaliação sobre o Plano Referencial de Contas; c) a adequação do leiaute, já com as mudanças provenientes da Lei 11.638/07.

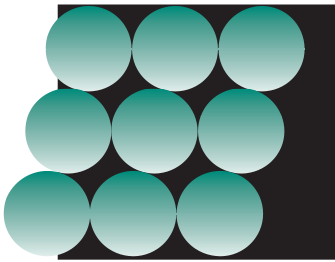
A Receita Federal pediu à Abrasca que enviasse comentários e sugestões, especialmente sobre o Plano Referencial de Contas. O presidente da Canc solicitou que o material seja disponibilizado para avaliação das companhias e posterior manifestação à Receita.

SPED FISCAL

O ano de 2008 foi de ajustes finais no SPED fiscal, segundo a Receita Federal. Não há mudanças previstas a partir de 2009.

CENTRAL DE BALANÇOS

O maior problema enfrentado é a utilização do formato XBRL pelas companhias. Algumas empresas o desconhecem; haverá, portanto, a necessidade de criação de treinamentos específicos para sua plena utilização pelas empresas.



COMITÊ CONSULTIVO DE EDUCAÇÃO FAZ ENTREGA DO 2º PRÊMIO IMPRENSA DE EDUCAÇÃO AO INVESTIDOR

No dia 8 de fevereiro de 2008, o presidente da Abrasca fez parte da cerimônia de entrega do Prêmio Imprensa, realizada no auditório da BM&FBovespa.

O Prêmio Imprensa de Educação ao Investidor é organizado pelo Comitê Consultivo de Educação – formado por Abrasca, Anbid, Apimec, Andima, BM&F, Bovespa, CVM, Ibr e Ini. Os vencedores da edição 2007 nas três categorias foram:

- Jornal (NACIONAL) – Vicente Nunes, do *Correio Braziliense* (DF), pela matéria “Como lucrar na bolsa”, publicada no dia 22 de abril de 2007.
- Jornal (LOCAL) – Oswaldo Scaliotti, do *O Povo* (Ceará), pela matéria “30 dicas para o seu dinheiro render”, publicada no dia 27 de maio de 2007.
- Revista – Ana Paula Ragazzi, da *Estadão Investimentos*, pela matéria “Abra o olho”, publicada em agosto de 2007.

ABRASCA TEM NOVO REPRESENTANTE NO CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (CRSFN)

A Abrasca é representada no CRSFN – Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional – por Darwin Lourenço Corrêa, nomeado membro titular do Conselho por portaria de 5 de março de 2008 da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, publicada no Diário Oficial da União nº 46, de 7 de março de 2008.

Ele substitui Leonardo Brunet Mendes de Moraes, que se afastou a pedido, e cumprirá mandato de dois anos, a partir de sua posse.

O CRSFN é o órgão da estrutura do Ministério da Fazenda com atribuição de julgar, em segunda e última instância administrativa, os recursos interpostos das decisões relativas às penalidades administrativas aplicadas pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Secretaria de Comércio Exterior.

ABRASCA ENDOSSA SUGESTÃO DA FIESP DE REPASSE DA CPMF AO CONSUMIDOR

A Abrasca recebeu correspondência enviada pelo presidente da FIESP, Paulo Skaf, com comentários sobre a histórica rejeição, pelo Senado Federal, da prorrogação da cobrança da CPMF, e sugere que os setores produtivos repassem aos consumidores os valores que seriam despendidos.

A Abrasca respondeu com endosso à campanha liderada pela FIESP e enviou cumprimentos pela bem-sucedida iniciativa através de carta que ressalta o reconhecimento pelo extraordinário e persistente esforço de mobilização desenvolvido pela FIESP, que levou argumentos sólidos e consistentes à consideração dos senadores e da opinião pública, assim contribuindo decisivamente para a adoção da medida.

Para a Abrasca, a rejeição da prorrogação da CPMF está em plena consonância com um dos principais objetivos de nosso programa de trabalho, que é a redução da carga tributária e a implantação de uma reforma que privilegie o setor real da economia.

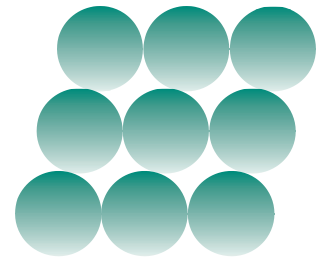
FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DO CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

A Abrasca defendeu, com êxito, junto a um grupo de associados, a necessidade de que as atividades do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis – fossem reforçadas com a contratação de especialistas.

O motivo é que, para adaptar as mudanças introduzidas que alteram as normas contábeis vigentes, o CPC recebeu o desafio de dar conta de uma imensa carga de trabalho para preparar os pronunciamentos complementares à Lei 11.638/07, o que necessariamente exigirá a contratação de pessoal técnico especializado, não previsto na estrutura do órgão, que nem mesmo tem personalidade jurídica.

Considerando que esses assuntos são de magna importância para as companhias abertas, e que a demora em normatizar as alterações introduzidas pela Lei pode ser prejudicial, tornou-se imprescindível uma discussão em alto nível para buscar uma solução junto às companhias associadas da Abrasca.

As seguintes companhias abertas associadas participaram, voluntariamente, do financiamento de tais atividades: AES, BM&FBovespa, Bradesco, Brasil Telecom, CCR, Energisa, Gerdau, Inpar, Itaú, Nadir Figueiredo, Oi, Petrobras, Tractebel, Unibanco, Usiminas, Vale, Vivo e Votorantim.



ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Abrasca apoiou a Estratégia Nacional de Educação Financeira, que a CVM vem desenvolvendo com a participação de diversas entidades.

Foi formado um Grupo de Trabalho para discussão e elaboração do capítulo 6, Proteção e Educação do Investidor, dentro da Estratégia Nacional de Educação Financeira, no qual a Abrasca foi representada por Almir da Silva Mota, ex-conselheiro e atualmente membro da Comec – Comissão de Mercado de Capitais, da Abrasca.

O capítulo 6 trata da Proteção e Educação dos Investidores e analisará a situação atual das iniciativas nesse campo, formas de promover um maior conhecimento das características dos investimentos e seus riscos, e os desafios atuais e futuros na educação financeira visando à proteção dos investidores contra eventuais problemas e fraudes.

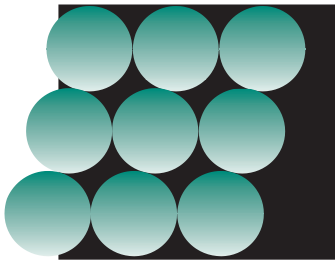
DEVERES FIDUCIÁRIOS DOS ADMINISTRADORES EM FUSÕES

A CVM divulgou o Parecer de Orientação CVM nº 35, de 1º de setembro de 2008, em que são feitas recomendações aos administradores de companhias abertas sobre a observância de “determinados procedimentos durante a negociação de operações de fusão, incorporações e incorporação de ações envolvendo sociedade controladora e suas controladas ou sociedades sob controle comum”.

O Parecer, ainda como minuta, foi objeto da audiência pública nº 02/2008 e a Abrasca, com outras nove instituições, participou amplamente, enviando comentários e sugestões.

O documento enviado pela Abrasca foi o resultado das consultas feitas aos associados e dos debates ocorridos na Comec – Comissão de Mercado de Capitais da Abrasca – e Cojur – Comissão Jurídica da Abrasca.

Em resumo, os comentários enviados pela Abrasca referiam-se aos seguintes capítulos: (i) Conselho de Administração e Comitê Especial; (ii) Independência dos assessores; (iii) Laudos de avaliação; (iv) Consequências da não observância dos procedimentos previstos no Parecer de Orientação; (v) Apontamentos e indagações; (vi) Aspectos de legalidade; e (vii) Conclusão.



CRESCER 48% A INSERÇÃO NA MÍDIA EM 2008

Em 2008, a Abrasca aumentou a sua exposição na mídia de forma significativa, registrando crescimento de 48% sobre o ano anterior. Veicularam-se 1.054 notícias ante as 712 de 2007.

Proporcionalmente, o melhor aproveitamento ocorreu com os veículos impressos. Tivemos 263 inserções em jornais e revistas ao longo do ano, contra 168 do ano anterior.

A inserção em rádio e TV caiu de 18 vezes, em 2007, para 11 no último ano. Já a web (agências de notícias e sites) mostrou crescimento nominal maior, saltando de 526 notícias (2007) para 780 veiculações durante 2008.

CONTATOS COM ENTIDADES EM 2008

ABERJE: apoiou a Abrasca na realização do 10º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2008.

ABRAPP: colaborou com a Abrasca nos trabalhos sobre Participação dos Acionistas em Assembleias (*Proxy Voting*); apoiou a Abrasca na realização do Prêmio Abrasca de Criação de Valor, edição 2008.

ABVCAP: a Abrasca apoiou o “Congresso ABVCAP 2008”.

ACIONISTA.COM.BR: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, divulgando-o.

ADEVAL: apoiou a Abrasca na realização do Prêmio Abrasca de Criação de Valor, edição 2008.

AMEC – ASSOCIAÇÃO DE INVESTIDORES NO MERCADO DE CAPITAIS: a Abrasca apoiou o “1º Seminário Amec do Mercado de Capitais” e o Seminário “Exercício Abusivo do Poder de Controle nas S.A.”; apoiou a Abrasca na realização do 10º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2008 e o Prêmio Abrasca de Criação de Valor, edição 2008; colaborou com a Abrasca nos trabalhos sobre Participação dos Acionistas em Assembleias (*Proxy Voting*).

ANBID: Sediou a reunião do Grupo de Trabalho que discutiu e elaborou o capítulo 6, Proteção e Educação do Investidor, dentro da Estratégia Nacional de Educação Financeira; apoiou a Abrasca na realização do 10º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2008, e no Prêmio Abrasca de Criação de Valor, edição 2008; colaborou com a Abrasca nos trabalhos sobre Participação dos Acionistas em Assembleias (*Proxy Voting*); a Abrasca apoiou o “Encontro Técnico sobre Suitability e Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários”, o “2º Seminário Anbid de Finanças Corporativas”, o curso “Capacitação para o Mercado Financeiro” e os Boletins sobre “Fundos de Investimento” e “Mercado de Capitais”.

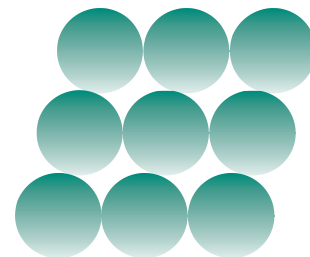
ANCOR: apoiou a Abrasca no 10º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual e o Prêmio Abrasca de Criação de Valor, edição 2008.

ANDIMA: a Abrasca apoiou o Seminário para “Lançamento do SPED” e o curso sobre “Capacitação para o Mercado Financeiro”; apoiou a Abrasca na realização do 10º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2008, o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais e o **Anuário Estatístico das Companhias Abertas**, edição 2008; recebeu sugestões da Abrasca sobre reformulação das Instruções CVM nºs 202 e 400; colaborou com a Abrasca nos trabalhos sobre participação dos acionistas em assembleias (*Proxy Voting*).

ANEFAC: apoiou a Abrasca na realização do 10º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2008, e Prêmio Abrasca de Criação de Valor, edição 2008; a Abrasca apoiou o Jantar Palestra sobre Desenvolvimento Sustentável e o seminário “SPED Contábil e Fiscal”.

APIMEC: a Abrasca apoiou o “20º Congresso Apimec 2008”; apoiou a Abrasca na realização do 10º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual e no Brazil Day 2008.

APIMEC RIO: a Abrasca apoiou o “Curso Preparatório para Exame CNPI – Certificado Nacional do Profissional de Investimento”.



APIMEC SP: apoiou a Abrasca na realização do 10º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2008, e Prêmio Abrasca de Criação de Valor, edição 2008; a Abrasca apoiou a “Semana do Profissional de Investimento”, em comemoração aos seus 37 anos, o Seminário sobre a Lei 11.638/07, o “16º Curso de Introdução ao Mercado de Capitais”, o “17º Curso de Introdução ao Mercado de Capitais”, o V Seminário Internacional CPC sobre “A Convergência das Normas Contábeis” e o “2º Painel Setorial do Mercado Imobiliário”.

BANCO BRADESCO: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

BANCO DO BRASIL S.A.: apoiou o **Anuário Estatístico das Companhias Abertas** e o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

BANCO FATOR: apoiou o **Anuário Estatístico das Companhias Abertas**.

BANCO ITAÚ HOLDING FINANCEIRA: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, o **Anuário Estatístico das Companhias Abertas** e o estudo sobre rodízio de firmas de auditoria elaborado pela FGV, através do convênio firmado com a Abrasca.

BANCO MUNDIAL: A Abrasca apoiou o seminário do Banco Mundial sobre contabilidade e auditoria.

BANCO NOSSA CAIXA: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais e apoiou o **Anuário Estatístico das Companhias Abertas**.

BDO TREVISAN: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas; a Abrasca apoiou diversos cursos e seminários de interesse do mercado de capitais realizados pela TREVISAN Escola de Negócios.

BLOOMBERG: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

BM&FBOVESPA: colaborou com a Abrasca nos trabalhos sobre Participação dos Acionistas em Assembleias (*Proxy Voting*); apoiou o 10º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2008, o Prêmio Abrasca de Criação de Valor, edição 2008, o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, o Anuário Estatístico das Companhias Abertas; o Brazil Day 2008 e o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais; sediou o seminário da Abrasca sobre “Responsabilidade da Diretoria pela Informação: Lei das S.A.” e a solenidade de entrega do Prêmio Abrasca Melhor Relatório Anual; a Abrasca apoiou a exposição “Darel na BM&FBovespa”.

BNDES: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais. O presidente do BNDES presidiu a solenidade de lançamento do **Anuário Estatístico das Companhias Abertas**, edição 2008, e entrega do Prêmio Abrasca de Criação de Valor.

CBLC: Colaborou com a Abrasca nos trabalhos sobre Participação dos Acionistas em Assembleias (*Proxy Voting*).

CEMIG: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

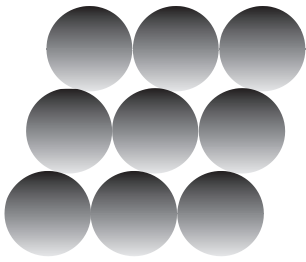
CEPAD – CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISA E ATUALIZAÇÃO EM DIREITO: a Abrasca apoiou o Curso Especial de Mercado de Capitais: Aspectos Técnicos, Jurídicos e Contábeis”.

CETIP: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

CHORUS CALL: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM: a Abrasca apoiou a palestra “Avaliando os Capitais Intangíveis no Brasil”; a Abrasca participa do Comitê Consultivo de Educação da CVM, que entregou o 2º Prêmio Imprensa de Educação ao Investidor e anunciou o lançamento do 3º Prêmio Imprensa de Educação ao Investidor; a CVM contribuiu para os trabalhos da Abrasca sobre a participação dos Acionistas em Assembleias (*Proxy Voting*), representada pela superintendente Elizabeth Machado.

COPEL: apoiou o **Anuário Estatístico das Companhias Abertas**.



COREMEC – COMITÊ DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS FINANCEIRO, DE CAPITAIS, DE SEGUROS, DE PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO: a Abrasca enviou estudo sobre os efeitos do rodízio de firmas de auditorias em companhias para as entidades componentes do COREMEC.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS: a Abrasca participa ativamente, como membro, das reuniões do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

CPFL ENERGIA: apoiou o **Anuário Estatístico das Companhias Abertas.**

DELOITTE: apoiou o **Anuário Estatístico das Companhias Abertas.**

DIGITAL ASSESSORIA COMUNICAÇÃO: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

ECORODOVIAS: apoiou o **Anuário Estatístico das Companhias Abertas.**

ELETROBRÁS: apoiou o **Anuário Estatístico das Companhias Abertas.**

ERNST & YOUNG: apoiou a Abrasca na realização do 10º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2008 e no 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais; foi auditora do Prêmio Abrasca de Criação de Valor, edição 2008; a Abrasca apoiou o Web Cast Ernst & Young Report.

EXPO TRADER BRASIL 2008: a Abrasca apoiou o “5º Congresso Internacional de Gestores e Operadores do Mercado de Capitais”.

FEA/USP – FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA USP: apoiou a Abrasca no Prêmio Abrasca de Criação de Valor, edição 2008.

FGV – FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS: a Abrasca apoiou o “17º Fórum de Private Equity, Venture Capital e Empreendedorismo” e o evento “Painel sobre a Lei 11.638/07”.

FIESP – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SÃO PAULO: a Abrasca apoiou a campanha liderada pela FIESP contra a CPMF.

FIPECAFI: a Abrasca apoiou o ciclo de debates em governança corporativa, sobre “Estruturação de Programas de Ética” e “Regulação da Governança Corporativa”; a Abrasca apoiou também o Seminário “Reflexões sobre a Governança Corporativa no Brasil”.

FIRB – FINANCIAL INVESTOR RELATIONS BRASIL: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

FITCH RATINGS: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

GERDAU: apoiou o estudo sobre rodízio de firmas de auditoria elaborado pela FGV, através do convênio firmado com a Abrasca.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES: apoiou o estudo sobre rodízio de firmas de auditoria elaborado pela FGV, através do convênio firmado com a Abrasca.

GREENBERG TRAURIG: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

GW ASSET MANAGEMENT: apoiou o **Anuário Estatístico das Companhias Abertas.**

IBEF SP – INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS: apoiou a Abrasca na realização do 10º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2008, e o Prêmio Abrasca de Criação de Valor, edição 2008; a Abrasca apoiou ainda os seminários “Repensando o novo mercado” e “Mercado de ações a partir do 2º semestre: perspectivas e oportunidades”, as palestras “A evolução recente e os desafios para o Mercado Brasileiro de Capitais”, “A nova bolsa e o futuro do mercado de capitais no Brasil” e “Nova Política Industrial do BNDES” e o café da manhã para tratar da inflação brasileira.

IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA: apoiou a Abrasca na realização do 10º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2008, e o Prêmio Abrasca de Criação de Valor, edição 2008; colaborou com a Abrasca nos trabalhos sobre Participação dos Acionistas em Assembleias (*Proxy Voting*).

IBMEC: a Abrasca contribui para o Comitê Executivo do Plano Diretor.

IBMEC/RJ: apoiou a Abrasca no Prêmio Abrasca de Criação de Valor, edição 2008.

IBRI – INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES: a Abrasca apoiou o evento “Workshop Valuation – Ferramenta Indispensável para o RI” e os seminários “A necessidade de adaptação das companhias abertas às normas do IFRS” e “Comunicação segmentada com investidores”; apoiou a Abrasca na realização do 10º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2008, o Prêmio Abrasca de Criação de Valor, edição 2008, e o Brazil Day 2008; organizou em conjunto com a Abrasca o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

IBRACON – INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL: sediou reuniões da Canc; apoiou a Abrasca na realização do 10º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2008, e o Prêmio Abrasca de Criação de Valor, edição 2008.

INI: a Abrasca apoiou o “Congresso WIFIC 2008, Brasil”; apoiou o 10º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2008, e o Prêmio Abrasca de Criação de Valor, edição 2008.

INVESTIDOR INSTITUCIONAL: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

ITAÚ: apoiou o estudo sobre rodízio de firmas de auditoria elaborado pela FGV, através do convênio firmado com a Abrasca.

JORNAL VALOR ECONÔMICO: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

KPMG: apoiou o **Anuário Estatístico das Companhias Abertas**.

LINCX SERVIÇOS DE SAÚDE: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

LUZ PUBLICIDADE: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

MOTTA, FERNANDES ROCHA ADVOGADOS: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

NYSE EURONEXT: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais e o **Anuário Estatístico das Companhias Abertas**.

PORTAL DO ACIONISTA: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

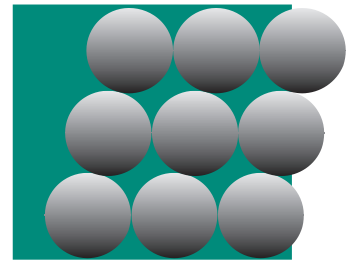
PR NEWSWIRE – UNITED BUSINESS MEDIA: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

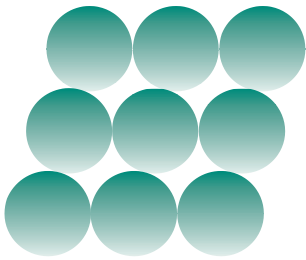
PRICEWATERHOUSECOOPERS: apoiou o **Anuário Estatístico das Companhias Abertas**.

REVISTA BANCO HOJE: a Abrasca apoiou o Seminário “IFRS: Como os bancos devem se adaptar ao novo modelo de normas contábeis”.

REVISTA CAPITAL ABERTO: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, divulgando-o.

REVISTA EXECUTIVOS FINANCEIROS: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, divulgando-o.





REVISTA INVESTIDOR INSTITUCIONAL: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, divulgando-o.

REVISTA PLURALE: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

REVISTA RAZÃO CONTÁBIL: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

REVISTA RI: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

SOUZA CRUZ: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

SUZANO PAPEL E CELULOSE: a Abrasca apoiou o VII Prêmio “Max Feffer de Design Gráfico”.

TAM: apoiou o **Anuário Estatístico das Companhias Abertas**.

THE BANK OF NEW YORK MELLON: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

THE MEDIAGROUP: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

THOMSON REUTERS: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

TOTAL RI: a Abrasca apoiou o curso “Cultura de Companhia Aberta”.

UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, o estudo sobre rodízio de firmas de auditoria elaborado pela FGV, através do convênio firmado com a Abrasca, e o **Anuário Estatístico das Companhias Abertas**.

VALOR ECONÔMICO: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

VOCÊ S.A.: apoiou o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

BOVESPA ADOTA NOVA POLÍTICA DE ANUIDADES PARA AS COMPANHIAS ABERTAS

A BM&FBovespa divulgou nova política de preços para emissores, para vigorar em 2009.

A Abrasca tomou conhecimento das novas medidas por antecipação e, atendendo à solicitação da BM&FBovespa, enviou comentários e sugestões para aprimorar o documento e, principalmente, tentar minimizar os custos para as companhias abertas.

A BM&F Bovespa atendeu parcialmente nossas ponderações e respondeu que, após a análise das observações, feitas pela Abrasca, sobre a nova política de preços para emissores para o ano de 2009, decidiu rever a referida política de modo a considerar, no que foi possível, as ponderações apresentadas.

As novas anuidades, entretanto, ainda mantiveram aumentos significativos, principalmente para as companhias de menor capital social. O assunto está sendo estudado pela Abrasca e pelas companhias abertas associadas, para determinação das providências a serem tomadas.

OBRIGATORIEDADE DE IDENTIFICAÇÃO, ATÉ A PESSOA NATURAL, DE ACIONISTAS DAS COMPANHIAS ABERTAS

A CVM – Comissão de Valores Mobiliários – publicou a Deliberação nº 541, de 15 de maio de 2008, revogando a Deliberação nº 525, de 5 de setembro de 2007, e baixando novas disposições sobre a obrigatoriedade de identificação, até a pessoa natural, dos acionistas das companhias abertas.

A Deliberação CVM 525/07 exigia que a empresa identificasse todos os sócios que, até o nível de pessoa natural, fossem titulares de participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de espécie ou classe de ações representativas do capital de companhia no formulário IAN.

O problema é que, em alguns casos, não são revelados os dados desses acionistas até o nível de pessoa física, quando solicitados pelas empresas. O principal exemplo disso é a identificação dos cotistas de fundos internacionais, seja por motivos regulatórios internos e regras de sigilo dos dados, ou até mesmo quando o cotista não deseja revelar sua identidade, embasado por essas regras.

Assim, a Abrasca pediu que as companhias manifestassem suas dúvidas e dificuldades no atendimento à Deliberação e recebeu 22 respostas contendo mais de 100 perguntas, demonstrando a complexidade em atender a norma. Essas dúvidas foram compiladas em um documento que foi apresentado à CVM, em reunião que contou com a participação da presidente da CVM, Maria Helena Santana, do presidente da Abrasca, Antonio D.C. Castro, de uma comitiva com três representantes das companhias abertas associadas e de representantes da SEP – Superintendência de Relações com Empresas da CVM.

A autarquia compreendeu a dificuldade de atendimento da Deliberação por parte das companhias e manifestou que a Deliberação não teve a intenção de cercear a continuação dos negócios das empresas e sim tentar garantir realmente uma maior transparência e conhecimento das companhias pelo mercado.

Com a edição da Deliberação nº 541/08, a CVM reviu as obrigações previstas na 525, no tocante à identificação, até a pessoa natural, dos acionistas, dos que detivessem participação igual ou superior a 5%, sanando os problemas identificado pelas companhias.

ELEIÇÃO DE MINORITÁRIOS PARA CONSELHO FISCAL

A Abrasca, representada pelo presidente Antonio D. C. Castro, pelo 1º vice-presidente, Frederico Gerdau, pela presidente em exercício da Comec, Elizabeth Benamor, e pelo superintendente geral, Eduardo Lucano, participou de uma audiência com a presidente da CVM, Maria Helena Santana, para expor os problemas advindos da decisão do Colegiado acerca da eleição de membro do Conselho Fiscal pelos acionistas minoritários, principalmente, quanto à insegurança jurídica que acarretará a interpretação nova do órgão regulador frente à Lei.

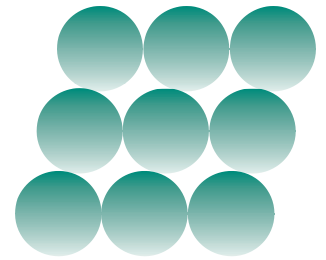
O caso foi iniciado quando os ex-controladores e atuais minoritários da Aços Villares, detentores de menos de 10% de ações ordinárias, fizeram uma consulta à CVM pelo direito de elegerem membros do Conselho Fiscal. Na primeira consulta, realizada no ano passado, a CVM não aceitou a tese dos minoritários.

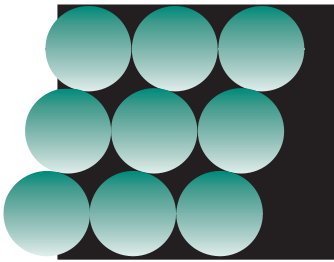
Era pacífico para o mercado, desde a promulgação da Lei das S.A. em 1976, o entendimento de que era necessário reunir pelo menos 10% dos detentores de ações ordinárias na Assembleia para obter esse direito. Os detentores de preferenciais já não precisavam de percentual mínimo para ter seu representante, pois a Lei das Sociedades Anônimas dispensa esse requisito.

Porém, a CVM mudou seu entendimento sobre o assunto e o investidor que detém ações ordinárias (com direito a voto) pode indicar um conselheiro fiscal próprio, para eleição separada do controlador, em qualquer companhia que tenha pelo menos 10% das ações votantes em circulação no mercado, ou seja, fora do bloco de controle.

Foram utilizados quatro principais argumentos para sensibilizar a CVM em alterar a decisão: (a) o mercado formou um princípio de governança por 36 anos; (b) a insegurança jurídica que causará a mudança desse princípio; (c) o oportunismo que pode existir por parte de alguns minoritários; (d) os recursos jurídicos que poderão resultar dessa decisão, baseados na interpretação da Lei.

Para firmar a posição, a Abrasca encaminhou à CVM dois documentos sobre o assunto, que resumiam os argumentos das companhias abertas, ao mesmo tempo que manifestavam suas principais preocupações.





O primeiro documento, elaborado pela Dra. Elaine Palmer, de nossa associada BMA – Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados, reflete os resultados dos debates na Comissão Jurídica e no Conselho Diretor; o segundo foi um parecer preparado pela Dra. Maria Isabel Bocater, de nossa associada Bocater, Camargo, Costa e Silva Advogados.

Os dois documentos acima representaram o entendimento da Abrasca acerca da interpretação do artigo 161, § 4º, alínea a, da Lei das S.A.

O colegiado da CVM decidiu manter a nova interpretação. Os casos de oportunismo que, porventura, venham a ocorrer serão analisados pela autarquia.

AGENDA LEGISLATIVA DO MERCADO DE CAPITAIS

Projeto de Lei 32/99 – EMENTA: Cria balanço social para as empresas que menciona. RESUMO: Obriga a elaboração de balanço social para empresas privadas com mais de cem funcionários. E regula o modelo de balanço. ANDAMENTO: Em 29/5/2007, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC). Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foi apresentada uma emenda. POSIÇÃO DA ABRASCA: Não recomendável a adoção de um padrão único para o balanço social. Tais demonstrações devem continuar sendo voluntárias. A Abrasca é contra.

Projeto de Lei 2.550/00 – EMENTA: Dispõe sobre as ações ordinárias e preferenciais não reclamadas correspondentes à participação acionária em sociedades anônimas de capital aberto. RESUMO: Transfere para a propriedade da União as ações não reclamadas. ANDAMENTO: Projeto em trâmite no Senado com o número 119/05, aguardando retorno. Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa) – Remessa ao Senado Federal, através do Of PS-GSE/523/05. POSIÇÃO DA ABRASCA: Expropriação de ações nominativas em razão de desatualização de cadastro é inconstitucional, portanto inadmissível. A Abrasca produziu sugestão de substitutivo. A Abrasca é a favor com alterações.

Projeto de Lei 2.814/00 – EMENTA: Altera o artigo 60 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, fixando limites para emissão de debêntures, sendo 80% do valor dos bens gravados, próprios ou de terceiros, com garantia real ou 100% do patrimônio líquido, nos demais casos. Na hipótese de oferta pública, a CVM poderá, justificadamente, fixar outros limites. RESUMO: Impede a emissão de debêntures sem garantia, que ultrapassem o patrimônio líquido da empresa. ANDAMENTO: Em 24/3/03, COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) – Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação publicado no DCD de 21/3/03, Letra A, PÁG. 8.965, COL 02. POSIÇÃO DA ABRASCA: A medida, sob o ponto de vista técnico do mercado de capitais e da distribuição de valores mobiliários, é ineficaz e contraproducente e precisaria ser radicalmente aperfeiçoada. Da forma pelo qual se apresenta, impede a utilização de debêntures em operações de securitização. A Abrasca é contra.

Projeto de Lei 5.672/01 – EMENTA: Elimina a permissão de dupla estrutura do capital, prevendo a existência de três classes de ações: ordinárias, de fruição e especiais. Estabelece normas de transição, relativamente às ações preferenciais, dentre outras alterações. RESUMO: Impede a emissão de ações preferenciais e dá prazo para compulsoriamente transformar preferenciais em ordinárias. ANDAMENTO: Em 26/4/2007, Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. POSIÇÃO DA ABRASCA: Intervenção autoritária e violenta sob atos jurídicos perfeitos praticados pelo mercado no passado. Na prática, o próprio mercado tem desenvolvido mecanismos voluntários para resolver esta questão. A Abrasca é contra.

Projeto de Lei 7.244/02 – EMENTA: Incluindo como Crime contra o Mercado de Capitais a inserção de elemento falso em demonstrativo contábil de companhia aberta. RESUMO: Criminaliza

elemento falso em demonstração contábil de companhia aberta. **ANDAMENTO:** Em 31/1/2007, Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno. **POSIÇÃO DA ABRASCA:** O assunto está sendo estudado pela Cojur – Comissão Jurídica da Abrasca.

Projeto de Lei 896/03 – EMENTA: Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 140 da Lei 6.404, para assegurar a participação dos trabalhadores na gestão das empresas regidas pela Lei Societária. **RESUMO:** Obriga a eleição de um Conselheiro de Administração pelos empregados. **ANDAMENTO:** Em 31/1/2007, Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno. **POSIÇÃO DA ABRASCA:** O projeto exacerba conflitos de interesses, já que os trabalhadores são apenas uma das partes interessadas nas empresas. O projeto precisa de reformulação. A Abrasca é contra.

Projeto de Lei 1.129/03 – EMENTA: Revoga dispositivos que isentam do imposto de renda os lucros de dividendos distribuídos aos sócios acionistas. **RESUMO:** Cria IR fonte sobre dividendos. **ANDAMENTO:** Em 24/5/2003, COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP). Ao Arquivo – Memorando 113/06. **POSIÇÃO DA ABRASCA:** O projeto agrava a iniquidade tributária contra investimento produtivo mediante subscrição de ações. A Abrasca é contra.

Projeto de Lei 2.457/03 – EMENTA: Aumenta para 90%, pelo menos, o preço mínimo a ser pago pelas ações com direito a voto que não integram o “bloco de controle” de companhia aberta. Dispõe que a indicação de nomes de candidatos a membros do Conselho de Administração seja feita pelos acionistas minoritários que detenham maior participação no capital social. **RESUMO:** Aumenta o *tag along* de 80% para 90%, e dá aos minoritários poder de indicar candidatos ao Conselho de Administração. **ANDAMENTO:** Em 31/1/2007, Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno. **POSIÇÃO DA ABRASCA:** A matéria foi objeto de alteração pela Lei 10.303 há 5 anos. A lei societária é o marco regulatório fundamental do mercado acionário, e não deve ser alterada com frequência. Atribui maior poder à minoria, contrariando a essência do sistema em que se baseiam as sociedades por ações. A Abrasca é contra.

Projeto de Lei 4.765/05 – EMENTA: Altera a legislação tributária, dispõe sobre a apuração do imposto de renda pelo lucro presumido, e dá outras providências. **RESUMO:** Atualizando os valores do limite de receita para a apuração do lucro presumido e aumentando a alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre o pagamento dos juros sobre o capital próprio. **ANDAMENTO:** Em 31/1/2007, Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno. **POSIÇÃO DA ABRASCA:** O projeto agrava a iniquidade tributária contra investimento produtivo mediante subscrição de ações, tornando-o tributariamente mais oneroso do que já é em relação à captação de recursos via instrumento de dívida. A Abrasca é contra.

Projeto de Lei 5.877/05 – EMENTA: Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências. **RESUMO:** Reestruturando o SBDC – Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, que será formado pelo CADE e pela SEAE – Secretaria de Acompanhamento Econômico, revogando dispositivos da Lei 8.884, de 1994 (Lei de Defesa da Concorrência). **ANDAMENTO:** Em 12/3/2007, Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). INDEFIRO a solicitação de desarquivamento desta proposição, conforme despacho exarado no REQ-53/2007. **POSIÇÃO DA ABRASCA:** A Abrasca apresentou propostas para melhorar a rapidez e a eficiência do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. A Abrasca é a favor do projeto com modificações.

Projeto de Lei 214/06 – EMENTA: Altera a redação do § 1º art. 111 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para estabelecer a aquisição do direito de voto pelos titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com limitação desse direito, no caso de não-pagamento de dividendos pelo prazo de três exercícios consecutivos. **RESUMO:** O projeto amplia o escopo do dispo-

sitivo da Lei societária para estabelecer que os titulares das ações preferenciais sem direito a voto passarão a ter essa prerrogativa se a companhia, pelo prazo de três exercícios consecutivos, não lhes pagar nenhum dividendo. **ANDAMENTO:** Em 24/12/2007, ATA-PLEN – Subsecretaria de ATA – Plenário. Situação: Aguardando interposição de recurso. Leitura do Parecer nº 1.348, de 2007-CAE, Relator: Senador Adelmir Santana, concluindo favoravelmente à matéria. Anunciado o recebimento do Ofício nº 239, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, da presente matéria. Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria em referência seja apreciada pelo Plenário. À SCLSF. **POSIÇÃO DA ABRASCA:** A Abrasca é contra o projeto, porque altera contratos juridicamente perfeitos, que são direitos estabelecidos em estatuto para os acionistas das companhias.

Projeto de Lei 961/07 – EMENTA: Dispõe sobre a divulgação e o uso de informações sobre ato ou fato relevante e altera os arts. 27-D e 27-F da Lei 6.385/76. **ANDAMENTO:** Em 5/9/2007, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC). Retirado de pauta pelo Relator Dep. Wellington Fagundes (PR-MT). **POSIÇÃO DA ABRASCA:** O projeto tem alguns equívocos básicos, a começar pelo fato de que se baseia numa instrução que a CVM revogou, qual seja, a Instrução 31, hoje substituída pela 358. Ademais, o conceito de incluir na lei normas que devem ser flexíveis o suficiente para se adaptar às circunstâncias do mercado parece altamente inconveniente.

10º ENCONTRO NACIONAL DE RI E MERCADO DE CAPITALIS

O presidente da Abrasca, Antonio D.C. Castro, abriu o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, organizado pela Abrasca e pelo IBRI, chamando a atenção, aos profissionais de relações com investidores e aos administradores das companhias abertas, para três pontos basilares do desenvolvimento do mercado de capitais: informação equitativa, preço de mercado e expectativas realistas.

O 10º Encontro ocorreu nos dias 2 e 3 de junho próximo passado, no WCT Hotel, em São Paulo.

Teve a presença de mais de 800 participantes e excelente cobertura da mídia, com a presença registrada de 79 profissionais da imprensa. Contou também com estandes nos quais empresas mostraram seus produtos e serviços.

Em painéis equilibrados e bem desenvolvidos nos dois dias do conclave, foram abordados temas como: governança, transparência, IFRS, importância do profissional de RI e sua evolução para um papel estratégico nas empresas, importância do investidor individual, perfil da indústria de investimentos e o impacto do grau de investimento no mercado de capitais, entre outros.

O 10º Encontro Nacional teve o patrocínio de: Anbid; Andima; Banco do Brasil; Banco Itaú Holding Financeira; Bloomberg; BM&F; Bndes; Bovespa; Cemig; Cetip; Chorus Call; Ernst & Young; Firb; Fitch Ratings; Greenberg Traurig; Lincx Serviços de Saúde; Luz Publicidade; Motta, Fernandes Rocha Advogados; Nyse Euronext; Nossa Caixa; Petrobras; PR Newswire; Souza Cruz; The Bank of New York Mellon; The Media Group; Thomson Reuters; Unibanco e Valor Econômico.

O Encontro teve o apoio de divulgação do portal Acionista, revistas *Capital Aberto*, *Executivos Financeiros*, *RI*, *Investidor Institucional*, *Razão Contábil*, *Plurale*, *Você S.A.* e *Digital Assessoria Comunicação Integrada*.

BRAZIL DAY TEVE SUA 4ª EDIÇÃO

Em sua 4ª Edição, o *Brazil Day* foi realizado no dia 28 de outubro, em Nova York. Organizado desde 2001, o evento é uma iniciativa da Abrasca, Apimec (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais), BM&FBovespa (Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros) e IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) e serviu como vitrine para as companhias brasileiras interessadas em atrair recursos no exterior.

Nas primeiras edições, os painéis consistiam em apresentações individuais das empresas. Em 2008, 23 empresas participaram de 8 painéis setoriais com debates de alto nível para um público de 230 pessoas altamente qualificadas, entre investidores e profissionais do mercado de capitais.

Nesta edição, em especial, o evento se destacou a partir do contexto global de crise financeira. O Brasil alcançou o grau de investimento e, além disso, está mais estruturado para lidar com a crise, o que é um diferencial ante os demais países.

A abertura do evento foi feita por Antônio D. C. Castro, presidente da Abrasca e representante da organização do *Brazil Day 2008*, e Vinny Catalano, que foi vice-presidente da NYSSA.

Foram distribuídos para todos os participantes exemplares do **Anuário Estatístico das Companhias Abertas** edição 2008, publicação bilingue organizada pela Abrasca e que contém informações sobre mais de 400 companhias abertas, além de análises setoriais.

ALMOÇO DE CONFRATERNIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO

No dia 2 de dezembro, a Abrasca realizou um almoço de confraternização com representantes de entidades do mercado de capitais e jornalistas, no Leme Othon Palace, Rio de Janeiro. No dia 4, o almoço foi em São Paulo, no Hotel Braston.

O presidente da Abrasca, Antonio D. C. Castro, agradeceu à imprensa lembrando que mesmo diante das dificuldades, considerando as proporções da crise financeira mundial e dos seus efeitos sobre a economia real, os jornalistas conseguiram cumprir seu desafio de manter o público bem informado.

Castro fez observações importantes sobre a crise financeira internacional. Ele comentou que o Brasil se encontra mais fortalecido do que em outras fases difíceis da economia internacional. E mesmo que a crise atual seja maior e mais complexa, ele lembrou que os efeitos aqui no Brasil não serão tão severos como os que as economias dos Estados Unidos e da Europa já começaram a sofrer.

Além dos representantes das entidades, 8 jornalistas participaram do almoço no Rio e 12 em São Paulo.

EVENTOS PROMOVIDOS PELA ABRASCA

- Comitê de Controle de Divulgação de Informações Relevantes – 17/12/2008 – São Paulo;
- Reunião do Conselho Editorial do **Anuário Estatístico das Companhias Abertas** – 4/12/08 – São Paulo;
- Almoço de confraternização com a imprensa e parceiros de 2008 – 4/12/08 – São Paulo;
- Almoço de confraternização com a imprensa e parceiros de 2008 – 2/12/08 – Rio de Janeiro;
- Brazil Day 2009 – 28/10/2008 – Nova York;
- Entrega do 10º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual – 16/10/08 – São Paulo;
- Seminário “A Responsabilidade da Diretoria pela Informação” – 1/10/2008 – São Paulo;
- Lançamento do Anuário Estatístico das Companhias Abertas, edição 2008 / Entrega do Prêmio Abrasca de Criação de Valor – 28/7/2008 – São Paulo;
- Reunião do Comitê de Premiação do Prêmio Abrasca de Criação de Valor – 3/7/2008 – São Paulo;
- X Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais – 2 e 3/6/2008 – São Paulo.

ABRASCA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS COMPANHIAS ABERTAS**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES****PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos diretores e administradores
ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas

1. Examinamos o balanço patrimonial da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas em 31 de dezembro de 2008, os resultados de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Anteriormente auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos daquele exercício, sobre as quais emitimos parecer sem ressalvas, datado de 19 de março de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, foram apresentadas, com os ajustes mencionados na nota explicativa 2, para fins de comparação entre os exercícios.
5. A demonstração dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparada em conexão com as demonstrações contábeis do exercício de 2008, foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essa demonstração está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 4, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2009.

Luiz Carlos de Carvalho – Sócio-Contador – CRC 1SP197193/O-6 “S” RJ
BDO Trevisan Auditores Independentes – CRC 2SP013439/O-5 “S” RJ



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/DEZ/2008 E DE 2007

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

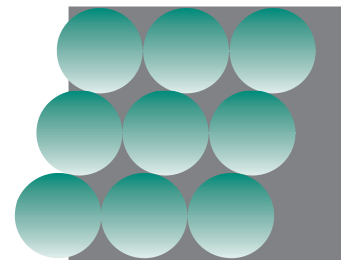
	<u>2008</u>	<u>2007</u>		<u>2008</u>	<u>2007</u>
	(Reclassificado)				
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e bancos (nota 4)	18.374	15.061	Fornecedores	3.180	28.678
Aplicações financeiras (nota 5)	635.243	395.725	Contribuições sociais	7.814	6.710
Contribuições a receber	1.792	1.792	Obrigações tributárias	2.954	4.195
Imposto a recuperar	928	928	Provisão de férias	27.404	22.870
Adiantamentos de salários e outros	139	890	Cursos e atividades especiais (nota 7)	258.229	17.713
	<u>656.476</u>	<u>414.396</u>	Contribuições a apropriar (nota 8)	<u>205.620</u>	<u>166.300</u>
				<u>505.201</u>	<u>246.466</u>
PERMANENTE			PATRIMÔNIO SOCIAL (nota 9)		
Investimentos	1	1	Patrimônio Social	210.248	157.498
Imobilizado (nota 6)	178.260	41.669	Superávit do Exercício	119.693	52.750
Intangível	405	648			
	<u>178.666</u>	<u>42.318</u>		<u>329.941</u>	<u>210.248</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>835.142</u>	<u>456.714</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>835.142</u>	<u>456.714</u>

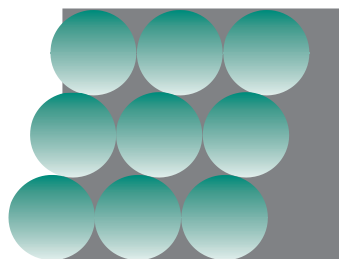
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
RECEITAS ORDINÁRIAS		
Mensalidades	1.411.890	1.211.108
Outras contribuições	108.392	102.653
	<u>1.520.282</u>	<u>1.313.761</u>
DESPESAS ORDINÁRIAS		
Pessoal	(396.257)	(371.527)
Coordenação administrativa	(254.369)	(263.709)
Assessoria	(113.699)	(118.811)
Outras despesas administrativas	(198.259)	(150.406)
Comunicação	(71.269)	(69.507)
Viagens	(122.142)	(65.129)
Aluguéis	(87.091)	(70.826)
Manutenção e equipamentos	(23.568)	(27.862)
Depreciações	(15.328)	(10.444)
Despesas tributárias	(13.390)	(11.667)
Despesas financeiras	(5.535)	(6.154)
Receitas financeiras	86.901	57.338
Outras despesas gerais	(126.987)	(103.884)
	<u>(1.341.693)</u>	<u>(1.212.588)</u>
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com publicações	(58.896)	(48.423)
	<u>(58.896)</u>	<u>(48.423)</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	<u>(119.693)</u>	<u>52.750</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.




**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO** (Em reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2006	141.162	16.336	157.498
Transferência do superávit acumulado	16.336	(16.336)	
Superávit do exercício		52.750	52.750
Em 31 de dezembro de 2007	<u>157.498</u>	<u>52.750</u>	<u>210.248</u>
Transferência do superávit acumulado	52.750	(52.750)	
Superávit do exercício		119.693	119.693
Em 31 de dezembro de 2008	<u><u>210.248</u></u>	<u><u>119.693</u></u>	<u><u>329.941</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO** (Em reais)

	2008	2007
ORIGENS		
Superávit do exercício	119.693	52.750
Ajuste para reconciliar o superávit		
■ Depreciação e amortização	15.328	10.444
Superávit ajustado	135.021	63.194
Redução/(aumento) nos ativos operacionais		
Contribuições a receber		21.237
Adiantamentos de salários e outros	751	(857)
Cursos e Atividades Especiais		1.200
	<u>135.772</u>	<u>84.774</u>
Aumento/(redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(25.498)	25.330
Contribuições sociais	1.104	(562)
Obrigações tributárias	(1.241)	3.591
Provisões de férias	4.534	(7.003)
Cursos e atividades especiais	240.516	17.713
Contribuições a apropriar	39.320	14.656
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>394.507</u>	<u>138.499</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizado	(151.676)	(20.558)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(151.676)</u>	<u>(20.558)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>242.831</u>	<u>117.941</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	410.786	292.845
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u>653.617</u>	<u>410.786</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>242.831</u>	<u>117.941</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/DEZ/2008 E DE 2007 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas, entidade sem finalidade de lucro, foi constituída em 21 de dezembro de 1971. São objetivos da Associação:

- Colaborar com os poderes públicos competentes, no aperfeiçoamento das medidas disciplinares do mercado de capitais e no que for de interesse geral das associadas;
- Colaborar com as entidades públicas e privadas vinculadas ao mercado de capitais, no aperfeiçoamento dos sistemas e atos relacionados com a emissão, distribuição, intermediação e circulação de valores mobiliários ou títulos emitidos pelas associadas e quaisquer direitos a eles relativos;
- Participar, junto à Bolsa de Valores, na indicação dos representantes das Companhias Abertas nos Conselhos ou outros órgãos daquelas entidades;
- Promover e fomentar a troca, entre as associadas, de informações, experiências e técnicas;
- Realizar ou fazer realizar estudos, investigações e pesquisas técnicas e administrativas;
- Acompanhar a evolução do direito do mercado de capitais, no país e no estrangeiro;
- Coletar e divulgar informações e dados de interesse do mercado de capitais;
- Representar as Companhias Abertas, na forma permitida em lei, junto aos órgãos públicos do país ou quaisquer outras entidades públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras, em assuntos relativos aos fins sociais;
- Divulgar, debater e promover o mercado de capitais ou a economia de mercado em sentido amplo junto a empresas não associadas e ao público em geral, que poderão participar de eventos, cursos, seminários e de outras atividades promovidas pela Associação;
- Estabelecer convênios com outras entidades sem fins lucrativos para a realização de atividades que visem alcançar os objetivos da Associação;
- Colocar à disposição de outras entidades sem fins lucrativos, os serviços prestados nas suas finalidades institucionais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a NBC T 10 - dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Diversas, item 10.19 - Entidades sem Finalidade de Lucros, promulgadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e na legislação societária Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações). Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. A adoção da Lei nº 11.638/2007 e da Medida Provisória nº 449/2008, gerou as seguintes alterações nas demonstrações contábeis da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas:

Substituição da Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos pela Demonstração do Fluxo de Caixa e a reclassificação da conta de direitos de uso de software do ativo imobilizado para o intangível, conforme abaixo:

	2007 (Publicado)	Reclassificação	2007
NÃO CIRCULANTE PERMANENTE			
Imobilizado	42.317	648	41.669
Intangível			648

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

3.1. Regime de apuração do resultado

A Associação utiliza o regime de competência dos exercícios para registro de suas operações.

3.2. Ativo e passivo circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos, os encargos e variações monetárias até a data do balanço.

3.3. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidas das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo ao valor de realização. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida ao resultado financeiro foram classificados como mantidos para negociação

3.4. Permanente

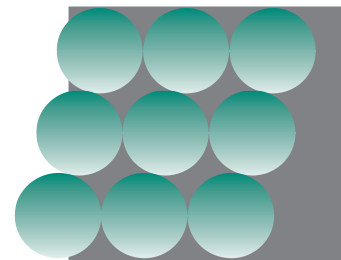
Demonstrado ao custo corrigido monetariamente, até 31 de dezembro de 1995, sendo ainda o imobilizado depreciado pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens. Em 31 de dezembro de 2008 houve a reclassificação de valores registrados na rubrica de imobilizado para a rubrica de intangível no montante de R\$ 405 (R\$ 648 em 2007).

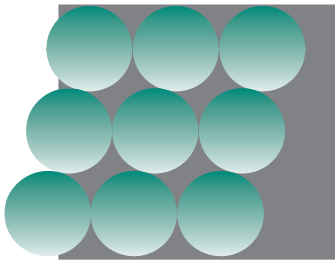
3.5. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos do imobilizado e do intangível, com vida útil definida, têm os seus valores recuperáveis testados, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

4. CAIXA E BANCOS

	2008	2007
Caixa	1.416	669
Bradesco S.A. - Rio de Janeiro	3.079	11.939
Banco do Brasil - São Paulo	320	(8)
Bradesco S.A. - São Paulo	13.379	2.396
Banco Nossa Caixa	180	
SAFRA S.A. - Rio de Janeiro		65
	<u>18.374</u>	<u>15.061</u>





5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Fundos de aplicação financeira		
■ Safra S.A.	470.802	288.791
■ Concórdia	129.593	79.086
■ Sudameris do Brasil S.A.	23.070	21.197
■ Bradesco S.A. - São Paulo	9.948	6.494
■ Bradesco S.A. - Rio de Janeiro	1.830	157
	<u>635.243</u>	<u>395.725</u>

6. IMOBILIZADO

		<u>2008</u>		<u>2007</u>	
	<u>Taxa anual de depreciação</u>	<u>Custo corrigido</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Máquinas e equipamentos	10%	56.585	(47.026)	9.559	6.837
Computadores e acessórios	10% e 20%	160.309	(129.928)	30.380	31.573
Móveis e utensílios	10%	57.276	(13.578)	43.698	2.958
Instalações	10%	104.348	(9.726)	94.622	301
		<u>378.517</u>	<u>(200.258)</u>	<u>178.260</u>	<u>41.669</u>

7. CURSOS E ATIVIDADES ESPECIAIS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Contribuições especiais	1.365.680	61.510
Despesas	(1.107.451)	(43.797)
	<u>258.229</u>	<u>17.713</u>

As atividades especiais consistem em cursos, pesquisas, eventos ou divulgações relacionadas aos objetivos da ABRASCA, que exigem recursos específicos que são obtidos junto às associadas. As despesas e as contribuições recebidas relacionadas com a realização dessas atividades são controladas em conta de passivo, até a data de conclusão das mesmas, quando ocorre, então a liquidação financeira e sua respectiva baixa para o resultado.

8. CONTRIBUIÇÕES A APROPRIAR

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Outras contribuições	205.620	166.300
	<u>205.620</u>	<u>166.300</u>

Registra as contribuições dos associados a apropriar recebidos antecipadamente correspondentes à trimestralidade, semestralidade e anualidade que são transferidas para o resultado de acordo com o período de competência.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1. Patrimônio social

O patrimônio social incorpora: os resultados apurados em cada exercício aprovados pela Assembleia Geral e as doações de bens patrimoniais.

9.2. Superávits acumulados

Registra o valor do superávit do último exercício a ser submetido à apreciação da Assembleia Geral.

10. RECEITAS ORDINÁRIAS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Mensalidades	1.411.890	1.211.108
Outras contribuições	108.392	102.653
	<u>1.520.282</u>	<u>1.313.761</u>

Registra as contribuições periódicas dos associados e as referentes a cursos, eventos, seminários, e outras atividades promovidas pela Associação.

11. PESSOAL

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Salários	(124.147)	(114.464)
INSS	(55.279)	(48.736)
FGTS	(14.232)	(18.002)
Gratificações	(11.953)	(10.565)
Anuênios	(6.006)	(5.709)
13º Salário	(13.644)	(13.603)
Férias	(4.397)	(14.634)
Assistência médica	(84.210)	(84.633)
Vale transporte	(17.624)	(15.638)
Auxílio refeição	(16.444)	(18.290)
Estagiários	(36.589)	(118)
Outros	(12.431)	(27.254)
	<u>(396.957)</u>	<u>(371.527)</u>

12. COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Registra os gastos com prestação de serviços para o planejamento, organização, execução e coordenação da Associação no montante de R\$ 254.369 (R\$ 263.709 em 2007).

13. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Registra os gastos com assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação no montante de R\$ 113.699 (R\$ 118.811 em 2007).

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Assessoria tributária	(15.866)	(17.615)
Assessoria jurídica	(54.392)	(55.392)
Assessoria CRSFN	(46)	(6.719)
Coordenação de eventos	(39.601)	(23.500)
Processamento de dados	(22.119)	(23.680)
Assessoria econômica	(46.504)	(7.500)
Outros	(19.731)	(16.000)
	<u>(198.259)</u>	<u>(150.406)</u>

Registram os gastos com assessorias, coordenação de eventos, processamentos de dados e demais despesas inerentes à administração da Associação.

15. VIAGENS

São despesas realizadas para participação em reuniões do Conselho Diretor, Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho, bem como contatos com outras entidades do mercado e autoridades, além da presença em eventos ligados aos objetivos da instituição. Também se destinam a atender a permanente manutenção das informações administrativas no Município de São Paulo, por ser a Matriz da ABRASCA ali localizada.

16. OUTRAS DESPESAS GERAIS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Almoço e reuniões	(11.893)	(23.938)
Manutenção e conservação	(19.380)	(15.352)
Luz e água	(11.346)	(12.594)
Despesas com associações	(22.550)	(990)
Serviços gráficos	(8.103)	(5.995)
Material de escritório	(15.418)	(8.869)
Transporte	(7.729)	(9.991)
Material de limpeza	(5.591)	(3.382)
Livros, jornais e revistas	(6.631)	(5.561)
Copa e cozinha	(3.674)	(2.934)
Cópias e reproduções	(351)	(639)
Serviços de entrega	(1.298)	(580)
Aluguel de equipamentos	(2.381)	(700)
Taxas diversas	(5.264)	(4.257)
Outros	(5.378)	(8.102)
	<u>(126.987)</u>	<u>(103.884)</u>

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007 não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Nesta mesma data, o valor contábil dos instrumentos financeiros ativos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados.

